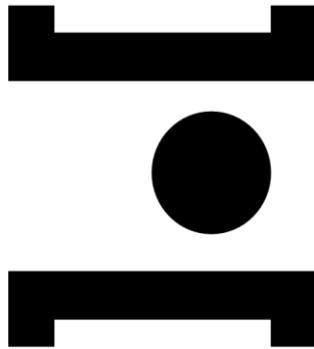


INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Escola Superior de Educação



**POLITÉCNICO
DE SANTARÉM**

TÍTULO

**O Papel da Fundação Fé e Cooperação - FEC
no desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau: um estudo de caso**

Dissertação

Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária

Amadú Embaló

Orientação:

Professora Doutora Perpétua Santos Silva

setembro 2023

Agradecimentos

À Professora Doutora Perpétua Santos Silva, pela paciência, bondade e sabedoria com que me acompanhou na realização deste ciclo de formação e a todos os professores do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária (MESIC).

Aos meus pais, principalmente a minha mãe Aissatu Bary pelos sacrifícios consentidos e insondáveis esforços para a minha educação e formação como homem.

À minha família, especialmente à Fatu Sani e Aissatu Amadú Embaló...

A todos os meus irmãos, especialmente para Mamadú Sidibé, (que não está no mundo dos vivos), Adama Sidibé e Mamudo Camara pelos apoios incondicionais em momentos de real necessidade; estendo os meus agradecimentos aos meus cunhados Mamadú Baldé e Sona Sane pelos gestos de bondade.

Aos meus amigos, Lassana Biai, Lassana Darame, Mamadú Gadri Sila, pelos gestos de bondade e energias positivas transmitidas.

Abreviaturas, siglas e acrónimos

BM - Banco Mundial

CAJ - Centro de Acesso a Justiça

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

DGCANG - Direção Geral de Coordenação de Ajuda não-governamental

EB - Ensino Básico (1ª à 6ª classe)

EBC - Ensino Básico Complementar (5ª e 6ª classe)

EBE - Ensino Básico Elementar (1ª à 4ª classe)

EP - Ensino Profissional

EPT - Educação Para Todos

ES - Ensino Secundário

EU - União Europeia

FEC - Fundação Fé e Cooperação

IDG - Índice de Desenvolvimento de Género

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INDE - Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação

INEC - Instituto Nacional de Estatística e Censo

MEN - Ministério da Educação Nacional

MPMS – Micro, Pequenas e Médias Empresas

NU - Nações Unidas

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OIF- Organização Internacional da Francofonia

OIT- Organização Internacional do Trabalho

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OSC - Organização da Sociedade Civil

PAM - Programa Alimentar Mundial

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRSE - Projetos de Estudos Religiosos e Educação

RESEN - Relatório do Estado do Sistema da Educação Nacional

UA - União Africana

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

VAP - Valor Acrescentado de Produção

Resumo

O presente trabalho foi realizado no quadro do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém – Portugal.

Tendo como tema “O Papel da Fundação Fé e Cooperação – FEC no desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau: um estudo de caso”, faz uma abordagem ao papel desta Organização não Governamental no desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau. Temos como objetivos, conhecer a perspetiva desta ONG em relação aos principais problemas do setor educativo na Guiné-Bissau, identificar as suas formas de intervenção na área educativa, os principais constrangimentos e oportunidades que percebe no setor, quais as condições de trabalho dos formadores da FEC e os seus principais fatores motivacionais no desempenho das suas funções.

Do ponto de vista metodológico e técnico, seguimos uma abordagem qualitativa com o desenvolvimento de análise documental e a realização de entrevistas a informadores privilegiados.

Foi possível compreender a existência de múltiplas fragilidades no setor da educação na Guiné-Bissau, desde fortes assimetrias na distribuição da rede escolar, profundas desigualdades geográficas e de género, necessidades de capacitação dos professores e demais agentes educativos, carreiras profissionais pouco motivadoras, baixas taxas de conclusão e, embora com progressos, uma educação que ainda não atingiu nem os patamares de qualidade almejados, nem a universalidade prevista na Constituição do país. Concluimos que todas estas fragilidades são, no entanto, encaradas como espaços de oportunidade de melhoria com a finalidade de atingir uma educação para todos; sendo neste sentido que a FEC tem vindo a desenvolver a sua ação, em particular no setor da educação, mas transversalmente em diferentes domínios como a cultura, a produção de materiais pedagógicos, a proteção das crianças, a capacitação e empoderamento das populações, a cidadania e manutenção da paz, concebendo, implementando e avaliando um conjunto diversificado de projetos de intervenção socioeducativa em conjunto com o Governo local e diferentes parceiros de cooperação no âmbito da ajuda externa ao desenvolvimento.

Palavras-chave

Educação. Desenvolvimento. Organização Não Governamental (ONG-FEC). Intervenção em Educação

Abstract

This work was carried out as part of the Master's programme in Social Education and Community Intervention at the School of Education of the Polytechnic Institute of Santarém - Portugal.

With the theme "The role of the Faith and Cooperation Foundation - FEC in the development of education in Guinea-Bissau: a case study", it looks at the role of this Non-Governmental Organization in the development of education in Guinea-Bissau. Our objectives are to find out this NGO's perspective on the main problems facing the education sector in Guinea-Bissau, to identify its forms of intervention in the education area, the main constraints, and opportunities it perceives in the sector, the working conditions of FEC trainers and their main motivational factors in carrying out their duties. From a methodological and technical point of view, we followed a qualitative approach by analyzing documents and interviewing key informants.

It was possible to understand the existence of multiple weaknesses in the education sector in Guinea-Bissau, ranging from strong asymmetries in the distribution of the school network, deep geographical and gender inequalities, training needs for teachers and other educational agents, unmotivated professional careers, low completion rates and, although progress has been made, education that has not yet reached the desired quality levels or the universality provided for in the country's Constitution.

We conclude that all these weaknesses are nevertheless seen as opportunities for improvement with the aim of achieving education for all; It is in this sense that the FEC has been developing its action, particularly in the education sector, but transversally in different areas such as culture, the production of teaching materials, child protection, the empowerment of populations, citizenship and peacekeeping, designing, implementing and evaluating a diverse set of socio-educational intervention projects in conjunction with the local government and different cooperation partners in the context of external development aid.

Key words

Education. Development. Non-Governmental Organisation (NGO-FEC). Education Intervention

Índice Geral

Agradecimentos	1
Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	2
Resumo e palavras-chave	4
Abstract e Key-word	5
Índice Geral	6
Índice de Figuras	7
Índice de Tabelas	7
Índice de Anexos	7
Introdução	8
Capítulo I - Breve contextualização: aspetos geográficos, demográficos, políticos, sociais e económicos da Guiné-Bissau	10
1. Contexto político, social e económico na Guiné-Bissau	11
Capítulo II – Algumas notas a propósito do desenvolvimento na Guiné-Bissau	20
1. Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e os ODS	20
2. Cooperação Portugal / Guiné-Bissau	25
3. Conceito de ONG e Legislação enquadradora na Guiné-Bissau	27
Capítulo III – Setor Educativo na Guiné-Bissau	31
1. O setor educativo na Guiné-Bissau e as suas fragilidades	31
Capítulo IV- Metodologia	41
Capítulo V - Análise da informação recolhida	47
1. Fundação Fé e Cooperação – FEC: missão, valores, objetivos, princípios e estratégias	47
2. Projetos FEC na Guiné-Bissau: em curso e recentemente concluídos	51
3. O Papel da FEC no setor da Educação	57
4. Condições de trabalho dos formadores da FEC e os principais fatores motivacionais no desempenho das suas funções	62
5. Perspetiva dos formandos/alunos após os seus processos de ensino e aprendizagem com a FEC	63
Conclusão	65
Referência bibliográficas	68

Índice de Figuras

Fig. 1 - Prioridades Estratégicas do Quadro de Cooperação 2022-2026	19
Fig. 2 - Ajuda Bilateral Camões, IP/Guiné-Bissau	26
Fig. 3 - Estrutura do sistema educativo de acordo com a Lei de Bases	34

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Caraterização dos entrevistados	43
Tabela 2 – Princípios de atuação da FEC	48

Índice de Anexos

Anexo I - Guião de entrevista	I
Anexo II - Entrevistas (síntese de respostas)	XVIII

Introdução

O presente trabalho é realizado no âmbito de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária (MESIC) da Escola Superior da Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém), tendo como título: o Papel da Fundação Fé e Cooperação (FEC) no desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau: um estudo de caso.

A partir do estudo do caso da FEC, que tem desempenhado um papel muito significativo no domínio da educação na Guiné-Bissau, pretendemos conhecer a perspetiva desta ONG em relação aos principais problemas do setor educativo na Guiné-Bissau, identificar as formas de intervenção desenvolvidas na área educativa pela FEC, os principais constrangimentos e, também, oportunidades tendo em vista a promoção de uma educação de qualidade. Desta forma, procuraremos responder aos seguintes objetivos específicos:

1. Identificar junto da ONG FEC-Guiné Bissau de que forma tem desenvolvido a sua ação no domínio da educação no país.
2. Identificar os principais problemas do ensino da educação na Guiné-Bissau na perspetiva desta ONG.
3. Conhecer as condições de trabalho dos formadores da FEC e os principais fatores motivacionais no desempenho das suas funções.
4. Compreender a perspetiva dos formandos após os seus processos de aprendizagem desenvolvidos na FEC.

Os nossos conhecimentos sobre a situação educativa guineense foram iniciados como aluno na capital da Guiné-Bissau, concretamente em Bissau, quando completamos o ensino básico elementar, que compreende as quatro primeiras classes, numa escola primária e privada chamada “Escola Carlos Martins” que está a funcionar até à data presente.

Apesar de termos frequentado o ensino privado, de acordo com a Constituição da República da Guiné-Bissau, no seu artigo 49º ponto 1/2, “todo o cidadão tem o direito e o dever a educação. O Estado promove gradualmente a gratuidade e a igual possibilidade de acesso de todos os cidadãos aos diversos graus do ensino” (república da Guiné-Bissau, 2018).

Também a Lei Base do Sistema Educativo do Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau, no seu artigo número 12 ponto 2, sublinha que até ao 6º ano de escolaridade o ensino básico é totalmente gratuito.

No entanto, percebemos que a educação não é para todos, porque há muitas crianças que abandonam as suas áreas da residência, devido, em parte, ao facto de a localidade não

oferecer o ciclo complementar do ensino básico; também várias escolas são muito distantes das suas áreas da residência, facto que leva a que um número significativo de crianças e jovens acabem por abandonar os estudos antes de atingir o nível de 6ª classe.

Neste contexto, é conhecida a importância que as Organizações não Governamentais (ONG), entidades sem fins lucrativos, têm desenvolvido na sociedade guineense, agindo sobre as necessidades educativas no país, atuando em prol do bem comum da sociedade. Nessa perspetiva, é levantada nesta pesquisa a seguinte interrogação: Qual é o papel da FEC no desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau? Quais são os principais problemas/obstáculos que a FEC identifica no sistema educativo na Guiné-Bissau?

A Guiné-Bissau é um país com grande potencial para se desenvolver, deste modo, precisa do envolvimento de todos os cidadãos, sendo preciso apostar na preparação dos recursos humanos e dotá-los de ferramentas de trabalho adequadas para enfrentar os desafios do desenvolvimento.

O motivo da escolha deste tema, por um lado, tem a ver com a perceção sobre a falta de uma boa política da educação, conforme vários documentos identificam; por outro lado, é conhecida a ausência de infraestruturas educativas em diferentes e várias comunidades, sobretudo nas regiões onde a maioria da população não tem acesso à escola tendo em conta a distância; acresce, a existência de sucessivas greves no setor educativo, e a insuficiência dos recursos humanos qualificados na Guiné-Bissau.

Assim, perante tais constrangimentos e no quadro de um mestrado que visa promover a capacitação de profissionais de intervenção social e comunitária, é nossa preocupação mapear uma realidade tendo em vista a nossa eventual participação futura em programas ou projetos que possam contribuir para melhorar as condições de vida das comunidades guineenses, quer na área da educação, quer noutras que lhe possam ser transversais.

Quanto à sua estrutura, este trabalho está dividido em cinco capítulos, em que cada capítulo vai abordar o seguinte: no Capítulo I apresenta-se uma Breve contextualização: aspetos geográficos, demográficos, políticos, sociais e económicos da Guiné-Bissau; no Capítulo II desenvolvemos algumas notas a propósito do desenvolvimento na Guiné-Bissau; no Capítulo III caracterizamos, brevemente, o Setor Educativo na Guiné-Bissau; o capítulo IV é dedicado às questões metodológicas; o Capítulo V apresenta a análise da informação recolhida. Fechamos esta dissertação, apresentando as principais conclusões a que foi possível chegar e as referências bibliográficas utilizadas. Por fim, são apresentados os Anexos.

Capítulo I - Breve contextualização: aspetos geográficos, demográficos, políticos, sociais e económicos da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau está situada na Costa Ocidental da África, faz fronteira no Norte com a República do Senegal, a Leste e Sul pela República da Guiné-Conacri e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Tem uma superfície total de 36.125 km², incluindo o território continental, o Arquipélagos dos Bijagós e outras ilhas dispersas. O país é plano, com ligeiras elevações no nordeste e leste. Cerca de 8000 km² estão ocupados por rios (Cacheu, Geba, Corubal e Tombali) ou periodicamente cobertos, em 28%, pelas marés. O clima é tropical, quente, com duas estações, secas e das chuvas (maio a novembro) (INEC, 2009). O interior do país é seco, particularmente na região de Bafatá. Os fenómenos de desertificação progressiva estão a ser sentidos na zona nordeste do país, muito em consequência das queimadas da floresta por parte da população. O país compreende, três províncias que são: Norte, Sul e Leste. Para além do Setor Autónomo de Bissau, (a capital), mais oito regiões: Bafatá, Gabu, Cacheu, Biombo, Oio, Bolama, Quinara e Tombali, cada uma delas abrangendo diversos setores – 38, no total -, com numerosas tabancas onde vive a população rural (INEC, 2009).

As instituições administrativas e os serviços governamentais concentram-se na capital de Bissau e noutras grandes cidades. Também ao nível das infraestruturas (como estradas, eletricidade, escolas, universidades e centros de saúde) existe concentração em Bissau e noutros centros urbanos. As condições habitacionais nas áreas urbanas são pobres, com um grande número de povoados informais, sem acesso básico à água e a instalações sanitárias adequadas (República da Guiné-Bissau, 2022, p. 20).

A sua população, de menos de 2 milhões de habitantes, é jovem (representando mais de 50%), o que contribui para elevar o potencial do crescimento económico do país (ONU, 2022).

O património cultural é rico e etnicamente diversificado,

com falantes Fulani e Mandingo concentrados no norte e no leste, os Balanta e Papel, que vivem nas regiões costeiras do sul, e os Manjaco e Mancanha, ocupando as zonas costeiras do centro e do norte. Mais de 1% da população é de origem mista portuguesa e africana, incluindo uma minoria cabo-verdiana. Cerca de 14% da população fala português, enquanto quase metade da população (44%) fala crioulo, língua de base portuguesa, a restante fala uma variedade de línguas nativas africanas. As principais

religiões são as tradicionais religiões animistas africanas e o Islão, com uma minoria cristã (República da Guiné-Bissau, 2022, p. 20).

Apesar de se reconhecer que os conhecimentos tradicionais e a criatividade são fundamentais para o desenvolvimento humano, a base de ativos do país não tem sido eficazmente mobilizada, existindo pouca capacidade de transformação e baixos investimentos em mineração, agroindústrias e indústrias criativas. De acordo com a Organização das Nações Unidas:

Em vez do aumento da produtividade em torno de cadeias de valor que teriam contribuído para criar empregos decentes e sustentáveis, a limitada capacidade produtiva levou à desindustrialização do país, (...) [estando] o valor acrescentado de Produção (VAP) no PIB muito abaixo do nível recomendado pela Agenda para o Desenvolvimento Sustentável que estabeleceu um objectivo específico de duplicar o valor acrescentado bruto da VAP no PIB até 2030 nos países menos desenvolvidos (ONU, 2022, p.1).

1. Contexto político, social e económico na Guiné-Bissau

De acordo com o Relatório de Avaliação Externa à Intervenção da Cooperação Portuguesa no Setor da Educação (Pré-escolar, Básico e Secundário) na Guiné-Bissau (2009-2016), entende-se que a Guiné-Bissau

é um país da África Ocidental, membro da União Africana (UA), da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Organização Internacional da Francofonia (OIF). Embora a língua oficial seja o português, só uma minoria da população domina esta língua. A maioria fala crioulo, língua que desde a guerra nacionalista se divulgou como meio de comunicação preferencial, e línguas locais de base oeste-africana. É um Estado independente desde 1973 (reconhecido por Portugal em 1974), sistematicamente marcado por convulsões políticas e militares. Desde o golpe de Estado de 1998 e os conflitos que se seguiram, este país foi palco de diversos golpes, assinalando-se os assassinatos de alguns altos dirigentes no país (p. 19-20).

A 12 de abril de 2012, aconteceu o último golpe que culminou na deposição do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, situação que originou diversas sanções da comunidade internacional mediadas pela CEDEAO.

A constante mudança das estruturas governativas, dado que nenhum governo conseguiu cumprir os seus mandatos de quatro anos de governação, tem vindo a dificultar a implementação de ações de intervenção. Os sucessivos governos têm implementado programas tendo em vista o desenvolvimento do capital natural, humano e cultural; no entanto, o desenvolvimento da Guiné-Bissau não tem progredido devido à instabilidade política, à corrupção generalizada e a um sistema de governação fraco (ONU, 2022):

A instabilidade política permaneceu um constrangimento vinculativo. A insegurança perene resultante de vários fatores de conflito estruturais, questões de governança profundamente enraizadas, paralisia prolongada dos órgãos do Estado, falta de capacidade das instituições estatais e não estatais, e várias outras vulnerabilidades aprisionaram o país num ciclo vicioso de instabilidade política e institucional e subdesenvolvimento durante mais de quatro décadas (p. 1)

A Guiné-Bissau tem vindo a enfrentar uma situação difícil e muito complexa no que se refere à estabilidade política e governativa e, sobretudo, aos desafios da implementação de uma agenda pública de desenvolvimento.

Considerando os dados do INEC (2009), a partir do terceiro Recenseamento Geral da População, percebemos que os indicadores sociais da Guiné-Bissau se encontram muito baixos entre os designados Países Menos Avançados (PMA).

Considerando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma medida que avalia o progresso a longo prazo do desenvolvimento humano em três dimensões elementares uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno, o valor do IDH da Guiné-Bissau para 2021 é de 0,483 – o que coloca o país na categoria de Baixo desenvolvimento humano – posicionando-o em 177º lugar entre 191 países e territórios. Contudo, entre 2005 e 2021, o valor do IDH da Guiné-Bissau passou de 0,404 para 0,483, uma variação positiva de 19,6%. No que respeita à esperança de vida à nascença, esta subiu 7,4 anos entre 2005 e 2021, passando de 52,2 anos para 59,7 anos; a média de anos de escolaridade alterou-se em 1,4 anos, passando de 2,2 para 3,6 anos. A expectativa de anos de escolaridade também se alterou em 1,9 anos, sendo de 8,7 anos em 2005 e de 10,6 anos em 2021 (UNDP, 2022).

Quanto ao índice de desenvolvimento humano ajustado à desigualdade (IDHAD), que calcula a percentagem de perda nos valores do IDH decorrente das desigualdades internas do país em cada uma das três dimensões indicadas acima, significando que quando aumentam as desigualdades num país, aumenta também a perda de desenvolvimento humano, no caso da Guiné-Bissau, tem existido uma evolução ligeiramente positiva ao longo dos anos, sendo a perda devido às desigualdades internas de 36,6% em 2021; o que faz baixar o IDH para 0,306 (UNDP, 2022).

Considerando os resultados para o índice de desenvolvimento de género (IDG1), que mede as disparidades entre homens e mulheres em três dimensões – saúde (medida pela esperança de vida à nascença de homens e mulheres); conhecimento (medido pelos anos de escolaridade esperados para crianças homens e mulheres e pela média de anos de escolaridade para adultos com 25 anos ou mais) e nível de vida (medido pelo RNB per capita estimado de homens e mulheres) – correspondendo a um rácio entre o IDH feminino e o IDH masculino, o valor do IDH feminino de 2021 para a Guiné-Bissau é de 0,448, em contraste com 0,517 para os homens, resultando num valor de IDG de 0,867. As disparidades respeitantes à esperança de vida à nascença são de mais 4,4 anos para as mulheres em relação aos homens, de menos 1,2 anos de escolaridade esperados para crianças mulheres e de menos 2,5 anos de escolaridade, em média, para as mulheres com 25 ou mais anos; quanto ao RNB das mulheres, este é de menos 703 pontos per capita em relação aos homens (UNDP, 2022).

O índice de desigualdades de género (IDG2), que mede as desigualdades de género considerando a perda no desenvolvimento humano devido à desigualdade entre homens e mulheres no que respeita a saúde reprodutiva, empoderamento e mercado de trabalho, a Guiné-Bissau apresenta um valor de 0,627, classificando-se no ano de 2021 no 159º lugar entre 170 países que integram o relatório para estes indicadores.

A saúde reprodutiva é medida pela taxa de mortalidade materna, que em 2021 corresponde a 667 mortes por 100 mil nados-vivos, e taxas de natalidade na adolescência, que, no mesmo ano, apresenta valores de 87,5 nascimentos por 1000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos.

O empoderamento é medido, segundo o género, pela percentagem de assentos parlamentares ocupados e pela percentagem da população, com idade de 25 e mais anos, detentora de pelo menos algum nível de educação no nível secundário – em 2021, no que respeita aos assentos parlamentares, 13,7% eram ocupados por mulheres e 86,3% por homens, resultando numa disparidade de género de 72,5%; quanto à educação 9,8% das

mulheres e 22,8% dos homens apresentavam pelo menos alguma educação ao nível do ensino secundário; estes dados resultam numa disparidade de género de 13%, desfavorável às mulheres.

A participação no mercado de trabalho é medida pelas taxas de participação laboral para homens e mulheres, com idade de 15 e mais anos, correspondendo estas taxas a 63,8% e a 78,4%, respetivamente, para mulheres e homens e, conseqüentemente, a uma disparidade de género de 14,5% (UNDP, 2022).

Importa, ainda, destacar o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que é obtido em relação a um conjunto de privações das famílias, que vivem a situação de pobreza de formas múltiplas e simultâneas, considerando três dimensões: saúde, educação e nível de vida.

A dimensão da saúde integra indicadores como subnutrição ou nutrição deficiente e mortalidade infantil (abaixo dos 18 anos); a dimensão da educação considera a ausência de qualquer grau de escolarização completa ou crianças em idade escolar não matriculadas no sistema de ensino; a dimensão do padrão de vida compreende carências graves, na casa, falta de eletricidade, água potável, saneamento/instalações sanitárias, revestimento do chão, combustíveis para cozinhar, e em equipamentos de transporte e de comunicação (Costa, 2012; UNPD, 2023). As pessoas que sofrem privações em, pelo menos, um terço dos indicadores considerados são incluídas na categoria de pessoas multidimensionalmente pobres.

O Relatório Global Multidimensional Poverty Index 2022 informa que os dados mais recentes disponíveis para a estimativa do IPM da Guiné-Bissau são referentes a 2018/2019. As estimativas apresentadas indicam que 64,4% da população da Guiné-Bissau (1.298 mil pessoas em 2020) é considerada multidimensionalmente pobre e que 20,0% são classificados como vulneráveis à pobreza multidimensional (402 mil pessoas em 2020). A intensidade das privações na Guiné-Bissau (pontuação média de privação entre as pessoas que vivem na pobreza multidimensional) é de 52,9 por cento, sendo o valor do IPM (percentagem da população multidimensionalmente pobre ajustada pela intensidade das privações), de 0,341 (UNPD, 2023, p. 2).

A percentagem da população guineense em situação de pobreza multidimensional severa é de 35,9%, vulnerável a pobreza multidimensional é de 20,0% e a viver abaixo do limiar de pobreza (menos de US\$1.90/dia) é de 24,7% (UNPD, 2023, p. 2).

Como se pode perceber, a Guiné-Bissau enfrenta grandes desafios no que respeita ao desenvolvimento humano; a expectativa de vida na Guiné-Bissau é relativamente baixa, o acesso a serviços de saúde de qualidade é limitado, em particular nas áreas rurais, bem

como o acesso à educação, existindo fortes clivagens de género. A pobreza é um problema de grande dimensão no país, com uma parte muito elevada da população a viver abaixo do limiar de pobreza, “com múltiplas privações sobrepostas, incluindo saúde, educação e padrões de vida” (ONU, 2022, p. 1).

A instabilidade política, a corrupção e o fraco desenvolvimento das instituições são fatores que têm contribuído para a situação socioeconómica que se vive na Guiné-Bissau, de acentuada vulnerabilidade. A economia baseia-se na agricultura, sendo muito vulnerável às flutuações do mercado por se encontrar muito dependente de um único produto de exportação: a castanha de caju.

Mais de dois terços dos agregados familiares e praticamente todas as pequenas explorações agrícolas familiares dependem desta cultura para o seu rendimento. A produção de caju representa 75 por cento do rendimento familiar e 40 por cento do emprego rural (Banco Mundial, 2021, p. 3).

Um estudo conduzido pelo Ministério da Economia e Finanças e financiado pelo Fundo Monetário Internacional em 2018, demonstrou que muitos produtores de caju não compreendem os principais princípios explicativos da evolução do mercado do caju e, também, apresentam expectativas distorcidas relativamente à evolução dos preços – apresentando-se esta tendência de forma mais forte entre os produtores com baixos níveis de escolaridade (Pereira, Schaber, & Schinaia., 2020, p.1).

Também as perturbações no comércio internacional e a fraca procura global de castanhas de caju devido à pandemia COVID-19 tiveram um impacto muito negativo, fazendo baixar os preços ao produtor bem como as quantidades produzidas; o que se traduziu num declínio de 47% na receita média anual de 2020 em relação ao ano anterior e, conseqüentemente, numa acentuada quebra nos rendimentos das famílias (Banco Mundial, 2021).

O crescimento económico tem permanecido insuficiente e irregular; tendo atingido “em média 4%, durante a década anterior à pandemia da COVID-19, o PIB per capita estagnou em 1,5%, muito abaixo do nível para alcançar um crescimento populacional de 2,5%” como foi estimado (ONU, 2022, p.1).

Neste contexto, o “Sistema de Desenvolvimento da ONU realizou uma avaliação do impacto socioeconómico e preparou um Plano de Resposta Socioeconómica (PRSE), para apoiar as prioridades do governo no sentido de mitigar os impactos adversos da COVID-19.” (ONU, 2022, p.12). O conjunto de medidas apresentadas “visa proteger as necessidades e os direitos das pessoas que vivem sob a pressão da pandemia, tendo em

vista os grupos mais vulneráveis e as pessoas que correm o risco de serem deixadas para trás” (ONU, 2022, p. 12).

No quadro deste Plano, foram consideradas medidas como a manutenção dos serviços essenciais de saúde, nomeadamente relativas a

prevenção e tratamento de doenças transmissíveis, incluindo imunizações; serviços relacionados com a saúde reprodutiva, incluindo durante a gravidez e o parto; serviços essenciais para populações vulneráveis, tais como bebés e adultos mais velhos; e serviços para grupos vulneráveis, particularmente os mais desfavorecidos, incluindo pessoas com deficiências e migrantes (ONU, 2022, p. 12).

assim como respeitantes à vacinação, enquanto medida de saúde pública, considerando que o risco negativo mais importante para uma recuperação sustentada é a evolução da pandemia - através da introdução e propagação das novas variantes contagiosas do coronavírus na Guiné-Bissau. Sem abordar os impedimentos crónicos do sistema de saúde à aquisição, entrega, administração e receio de vacinas, os estrangulamentos sistémicos colocariam os produtos que salvam vidas fora do alcance da população, incluindo os mais vulneráveis. Até que a vacinação de toda a população seja alcançada, as intervenções de saúde pública, tais como o uso universal da máscara, distanciamento social, higiene das mãos, estratégias de teste e rastreio, comunicação de risco e estratégias de envolvimento comunitário continuarão a ser necessárias para conter as crises das estirpes do vírus corona (ONU, 2022, p. 12).

Também medidas respeitantes à expansão de sistemas de proteção social foram consideradas, uma vez que esta área é considerada crítica na Guiné-Bissau, sendo a quase totalidade dos programas de assistência social a populações vulneráveis financiados por doadores.

O acesso a sistemas de segurança social não contributivos pode fazer a diferença para raparigas, rapazes, mulheres e crianças vulneráveis, permitindo-lhes satisfazer as suas necessidades alimentares e nutricionais básicas. Várias iniciativas de assistência social estão em curso, sublinhando a necessidade de uma abordagem coordenada para identificar programas,

parceiros e lacunas existentes, bem como para construir sinergias e complementaridades para uma potencial nova rede de assistência de segurança e outras intervenções do projecto. (ONU, 2022, p. 13).

Entretanto, o setor privado é fraco, com ineficaz funcionamento, uma vez que consiste mais em atividades informais, que não conseguem gerar empregos – nomeadamente para as camadas juvenis que representam a população maioritária (INEC, 2009).

Assim, entre as medidas que o PRSE estabeleceu, é dado destaque ao papel importante que o sector privado precisa desempenhar na era pós COVID-19.

Dado que o governo tem um espaço fiscal limitado para financiar o investimento público após a pandemia, e num contexto de imprevisibilidade na assistência externa, o país precisa de recorrer ao financiamento do sector privado, melhorando o clima empresarial de forma a apoiar melhor as operações das MPMEs¹ para criar riqueza, emprego e crescimento inclusivo. De qualquer modo, serão necessários programas de apoio para acompanhar a modernização das MPMEs através de formação, transferência de conhecimentos e tecnologia, infra-estruturas industriais e acesso ao financiamento (ONU, 2022, p. 13).

Ainda neste domínio, é considerada a necessidade de diversificar a agricultura procurando reduzir a dependência da economia em relação à produção de castanha de caju.

A promoção de modelos locais de agronegócios e a inclusão de mulheres será vital para a geração de meios de subsistência e transformação agrícola. Os esforços de diversificação podem oferecer oportunidades para as MPMEs operarem também no turismo sustentável, na pesca, e no aumento da transformação e maior valor acrescentado dos produtos agrícolas (ONU, 2022, p. 13).

Também é apontada a necessidade de melhorar a administração fiscal e reduzir as ineficiências nos procedimentos de importação e exportação.

Outro aspeto importante considerado, refere-se ao envolvimento dos jovens e das mulheres na recuperação do país: “Construir numa perspectiva jovem e investir na criatividade e

¹ Micro, Pequenas e Médias Empresas

espírito empreendedor da juventude em todo o país” e “envolver as mulheres na tomada de decisões”, assim como

reforçar a elaboração de políticas, o planeamento e a coordenação para apoiar grupos vulneráveis (...) [e] envolver a sociedade civil como observador para assegurar a proporcionalidade e transparência das políticas que estão a implementar em resposta à pandemia, especialmente as que podem limitar os direitos humanos (ONU, 2022, p. 15).

O Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável para Guiné-Bissau (UNSDCF 2022-2026) identifica três fatores críticos a serem ultrapassados:

- i) Consolidar a governança democrática e o Estado de direito como base para a paz e a estabilidade, e alargar o espaço de desenvolvimento para ser mais inclusivo e assegurar que ninguém seja deixado para trás através de um envolvimento efectivo de toda a sociedade (cidadão);
- ii) Alavancar o capital natural e os bens ambientais para transformar e construir uma economia mais robusta e resiliente que traduza a construção da paz em dividendos de paz e crie oportunidades económicas para todos;
- iii) Investir no capital humano que impulsione e sustente o desenvolvimento (ONU, 2022, p. ix).

Foram formuladas três Prioridades Estratégicas abrangentes para o Quadro de Cooperação:

Fig. 1 – Prioridades Estratégicas do Quadro de Cooperação 2022-2026

Prioridade Estratégica do QC	Resultado do QC
1: Governação Transformadora e Inclusiva que Respeita o Estado de Direito e Sustenta a Paz	Em 2026, as pessoas na Guiné-Bissau gozam de uma melhor governança democrática, paz e Estado de direito e as suas necessidades básicas são satisfeitas (através de 5 Produtos)
2: Transformação Económica Estrutural, Desenvolvimento Sustentável e Crescimento Verde Inclusivo e Resiliente que Não Deixa Ninguém Para Trás	Em 2026, a Guiné-Bissau alcançou uma transformação económica estrutural impulsionada por uma maior capacidade produtiva, acréscimo de valor, economia azul e crescimento verde inclusivo que não deixa ninguém para trás, ao mesmo tempo que capitaliza as características dos PEID e assegura a utilização sustentável e a protecção dos recursos naturais (através de 5 Produtos).
3: Desenvolvimento do Capital Humano	Até 2026, a população da Guiné-Bissau, especialmente os mais vulneráveis, terá um acesso crescente e equitativo e utilizará serviços sociais essenciais de qualidade, incluindo em situações de emergência (através de 6 Produtos)

Fonte: ONU, 2022, p. ix

Estas prioridades resultaram de um processo participativo, envolvendo várias partes interessadas de acordo com áreas temáticas chave, desde ministérios, organizações da sociedade civil (OSC) e o sector privado

a fim de potenciar oportunidades para o desenvolvimento sustentável, a promoção e protecção dos direitos humanos, o empoderamento das mulheres e a igualdade de género, a consolidação da paz, a implementação das reformas urgentes delineadas no Acordo de Conacri de 2016^[2] e o diálogo político inclusivo e a reconciliação nacional para a estabilidade do país, alcançando os marginalizados e excluídos, e capturando para as necessidades dos vulneráveis, não deixando assim ninguém para trás (ONU, 2022, p. 20)

² Nota do autor: Acordo para a saída da crise política da Guiné-Bissau.

Capítulo II – Algumas notas a propósito do desenvolvimento na Guiné-Bissau

Considerando a problemática que nos propomos abordar neste trabalho, ligada, por um lado, a questões relativas ao sector educativo da Guiné-Bissau e, por outro, à intervenção de entidades externas no país, consideramos central, do ponto de vista da ancoragem teórica, abordar a temática do desenvolvimento, nomeadamente desenvolvimento sustentável e seus objetivos, bem como a temática da cooperação para o desenvolvimento e o lugar das ONG.

1. Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e os ODS

Na perspetiva de Samagaio (2000), percebemos que o desenvolvimento é um processo de construção económico-social, resultante da atividade do poder central e do poder local. O desenvolvimento é um processo contínuo, é uma tendência, pois jamais atingirá um estágio perfeito. Quer isto dizer, o desenvolvimento é permanente, é moroso, vai-se construindo. É uma matéria sobre a qual não há certezas, aliás, a única certeza que existe é que se trata de um longo trajeto e de um processo que deverá ser realizado de acordo com as especificidades territoriais.

O desenvolvimento é uma questão complexa e multidimensional, que está relacionada com uma diversidade de fatores: económicos, geográficos, políticos, institucionais, sociais culturais bem como com questões relativas à mudança de mentalidades (Samagaio, 2000). Percebemos que na sua base se encontra a ideia de evolução, ou seja, as sociedades desenvolvem-se na sequência de um determinado caminho social predeterminado, de forma lenta e contínua, passando por diferentes momentos e etapas.

Ainda de acordo com Samagaio (2000), à existência de situações de desenvolvimento associam-se determinados níveis de controlo social do progresso e do crescimento económico, tendo em vista respeitar o equilíbrio do meio ambiente e a dignidade do ser humano.

Cada vez mais se consideram fatores não económicos no estudo dos processos de desenvolvimento e surge como consensual que crescimento económico e desenvolvimento não são mais conceitos sinónimo, integrando o primeiro, inevitavelmente, os indicadores de desenvolvimento. Contudo, entraram na discussão questões como as “relações entre

sistemas culturais de valores e normas; estrutura política; estrutura social; comportamento de procriação; organização familiar; postura de trabalho, desenvolvimento industrial-tecnológico-econômico (Frantz, 2010, p. 16).

Desenvolvimento surge, assim, como um processo complexo, composto por relações sociais de dependência, do tipo econômico, cultural e político, criando tensões nas sociedades em desenvolvimento; é, igualmente, um processo que integra diversos aspectos da vida humana, “que contém dimensões culturais, expressas no comportamento das pessoas, nas explicações dos fatos, nas afirmações de valores (Frantz, 2010, p. 16).

O sociólogo Castells (1998, citado por Frantz, 2010), argumenta que:

Nas últimas décadas vários acontecimentos de transcendência histórica têm transformado a paisagem social da vida humana. A revolução da tecnologia da informação é o “vetor” dessas transformações. Uma revolução tecnológica, centrada em torno às tecnologias da informação, está modificando a base material da sociedade a um ritmo acelerado (p.27).

Ainda na opinião de Castells (1998, citado por Frantz, 2010),

um novo mundo está tomando forma, fazendo surgir uma nova estrutura social dominante, uma nova economia e uma nova cultura, sendo as mudanças sociais tão profundas quanto os processos de transformação econômica e tecnológica. A nova economia organiza-se em torno de redes globais de capitais, gestão e informação. Por um lado, o acesso ao conhecimento tecnológico constitui a base da produtividade e da competência (p.27).

Assistimos, assim, a uma forte interligação entre o desenvolvimento tecnológico, o acesso às tecnologias e o desenvolvimento das sociedades numa perspectiva global. Questões que, do nosso ponto de vista, são fraturantes em sociedades de países como a Guiné-Bissau, nas quais as condições de acesso ao conhecimento e à educação estão muito aquém daquilo que seria necessário para participar ativamente no processo de desenvolvimento das sociedades atuais, considerando a evolução constante do mundo e as relações de interdependência que se estabelecem entre os diversos países, regiões e continentes.

Entende-se, assim, que múltiplas variáveis deverão ser tidas em consideração e que, pese embora, como se afirmou, que crescimento econômico e desenvolvimento não são a mesma

coisa, na realidade, como refere Castells (2002) “a ênfase precisa voltar, como nos bons tempos da economia desenvolvimentista, para o crescimento econômico fundamentado na produtividade e para a geração das condições dessa produtividade: o desenvolvimento das forças produtivas (p.2)”.

Contudo, o mesmo autor salienta que nas economias atuais, o crescimento econômico deve ser complementado com uma política de redistribuição, mas, para redistribuir é necessário que em primeiro lugar os países sejam capazes de produzir e criar riqueza.

Para o autor, os recursos humanos são fundamentais e as novas formas da economia baseiam-se nas pessoas; o que implica conhecimento e capacitação. De acordo com Castells (2002) não se trata de “institucionalização de crianças em escolas deficientes. As questões-chave são a formação de professores e a reforma do sistema de ensino, passando para uma nova pedagogia adaptada à Era da Informação (p.6)”.

Assim, os sistemas de ensino e o ensino superior em particular desempenham um papel fundamental, quer ao nível da preparação e capacitação do capital humano (formação), quer ao nível do desenvolvimento do conhecimento (investigação) existindo, simultaneamente, a necessidade de desenvolver processos de aprendizagem ao longo da vida.

Sendo a existência de recursos humanos qualificados crucial na economia do conhecimento, em muitos países menos desenvolvidos, e na Guiné-Bissau que particularmente nos interessa neste estudo, a insuficiência do desenvolvimento do setor educativo revela-se como um dos grandes problemas de desenvolvimento.

No anteriormente referido Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável para a Guiné-Bissau (2022-2026), enquadrado no ODS4, é referido que

a qualidade da educação é preocupante, uma vez que os professores não têm capacidade pedagógica e conhecimentos devido a uma formação, recursos pedagógicos e salários inadequados, e uma elevada percentagem de crianças não adquire competências de nível básico, o que resulta em baixos resultados de aprendizagem, enquanto outros não têm acesso ao sistema educativo, nomeadamente devido às greves contínuas ou ao abandono escolar (ODS4) (ONU, 2022, p. 6).

Neste âmbito, o desenvolvimento do capital humano foi estabelecido como uma das três grandes prioridades no quadro da implementação dos ODS.

Torna-se, assim, importante clarificar o entendimento de desenvolvimento sustentável. De acordo com Estender e Pitta (2008) o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu durante a Comissão de Brundtland, na década de 1980, onde foi elaborado o relatório “Our Common Future”, no qual é apresentada a definição do conceito considerando que o desenvolvimento sustentável significa que “A humanidade tem a capacidade de tornar o desenvolvimento sustentável para garantir que este satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades³” (ONU, 1987, p. 16).

Sendo esta a ideia-chave na implementação dos ODS, a Guiné-Bissau tem vindo a enfrentar fortes desafios (tensões políticas, governação fraca e recursos limitados) para levar por diante as metas traçadas da Agenda 2030; contudo, é reconhecido que o país, apoiado pelos diferentes parceiros⁴ de desenvolvimento, conseguiu alcançar progressos significativos nos seus esforços para atingir os ODS (ONU, 2023).

A recuperação económica permaneceu fraca na redução da pobreza, mas a pobreza extrema diminuiu ligeiramente. O Relatório da ONU (2023) reconhece que foram feitos progressos na “implementação de reformas fiscais, o que fez aumentar a credibilidade do Governo junto dos parceiros e potencialmente desbloqueando financiamento adicional para as suas prioridades de desenvolvimento” (pp.6-7).

No que respeita a melhorias atingidas, destacam-se os esforços feitos para alcançar uma governação transformadora e inclusiva, com respeito pelo Estado de direito e da manutenção da paz, o desenvolvimento de um ambiente propício ao diálogo político e interpartidário, à agenda das principais reformas e ao envolvimento dos cidadãos, com a participação de jovens, mulheres e grupos vulneráveis, tendo como grande objetivo a manutenção da paz (ONU, 2023).

De salientar, também, as atividades levadas a cabo pelos diferentes parceiros tendo em vista aumentar o acesso à justiça, ao apoio jurídico, aos direitos humanos e à igualdade de género.

O PNUD apoiou tecnicamente o funcionamento dos Centros de Acesso à Justiça (CAJ) no país. A revisão da padronização de técnicas e

³ Tradução do autor.

⁴ Os principais parceiros de desenvolvimento incluem o Governo da Guiné-Bissau, instituições financeiras internacionais, governos e organizações doadoras, organizações da sociedade civil, agências não governamentais, o sector privado e o meio académico. Em 2022, a UNCT mobilizou 91 milhões de dólares americanos. Entre os principais doadores contam-se o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Islâmico de Desenvolvimento, a União Europeia, o Governo de Espanha, o Governo do Japão e a Fundação Bill & Melinda Gates (ONU, 2023, p. 5).

procedimentos dos CAJ aumentou as capacidades dos centros para garantir o acesso à justiça para mais pessoas, especialmente as comunidades mais vulneráveis (ONU, 2023, p. 10).

Foi também feito investimento para promover o crescimento económico de forma mais diversificada e o desenvolvimento humano sustentável, procurando reduzir a pobreza.

No que respeita à criação de empregos dignos, foram melhoradas as estratégias desenvolvidas, nomeadamente com a realização de “um estudo de diagnóstico apoiado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a formulação de uma estratégia nacional para a implementação de uma abordagem de emprego intensivo para o investimento em infra-estruturas” (ONU, 2023, p.14).

Verificaram-se, também, avanços relativos a melhorias no sector privado, nomeadamente no que respeita à capacidade de resposta a novas oportunidades de mercado, aumentar a produtividade e os meios de subsistência. Foram, ainda, implementadas pelo Governo leis e regulamentos sobre terras “tendo os direitos de posse sido melhorados com a delimitação de mais de 50.356,35 hectares de terra em 89 comunidades, [normalmente designadas por] tabankas” (ONU, 2023, p. 15).

No que respeita ao capital humano, os resultados da ONU em 2022 foram avaliados em função das metas dos ODS e do financiamento obtido. No ano em referência, autoridades nacionais e parceiros (as OSC e as ONG), no âmbito do plano de trabalho conjunto, orçamentaram 65 milhões de dólares; os parceiros, incluindo os principais doadores, disponibilizaram \$US 61 milhões, dos quais \$US 29 milhões (48% do montante recebido) foram executados tendo em vista alcançar resultados que incluem a disponibilidade de produtos que salvam vidas a nível nacional (setor da saúde), reforçar a capacidade do Ministério da Educação e de outros agentes educativos para aumentar o acesso à educação e melhorar a qualidade e a relevância dos resultados da aprendizagem (setor da educação), lançar as bases da política pública de proteção social e melhorar infraestruturas no que respeita a instalações sanitárias (proteção social e condições de vida) (ONU, 2023).

De salientar, também, o reforço da capacidade de intervenção do Governo a nível central, regional e local para garantir a segurança alimentar e reduzir a subnutrição aguda e crónica. Bem como, formação institucional e técnica para aqueles que intervêm na proteção e na defesa das crianças e na promoção da igualdade de género.

Estes são aspetos que, tendo registado melhorias, apresentam ainda um amplo espaço de progresso, podendo ser considerados os alicerces que, no âmbito do Plano de

Desenvolvimento Nacional, permitem continuar a desenvolver um trabalho prevendo resultados mais significativos até 2026.

2. Cooperação Portugal / Guiné-Bissau

Na perspetiva de Carvalho, Barreto & Barros (2017), a estratégia de cooperação entre Portugal e a Guiné-Bissau baseia-se nos princípios orientadores definidos entre os dois países, tendo sido concebidos dois eixos estratégicos:

Eixo I – Governação, Estado de Direito e Direitos Humanos;

Eixo II – Desenvolvimento Humano e Bens Públicos Globais.

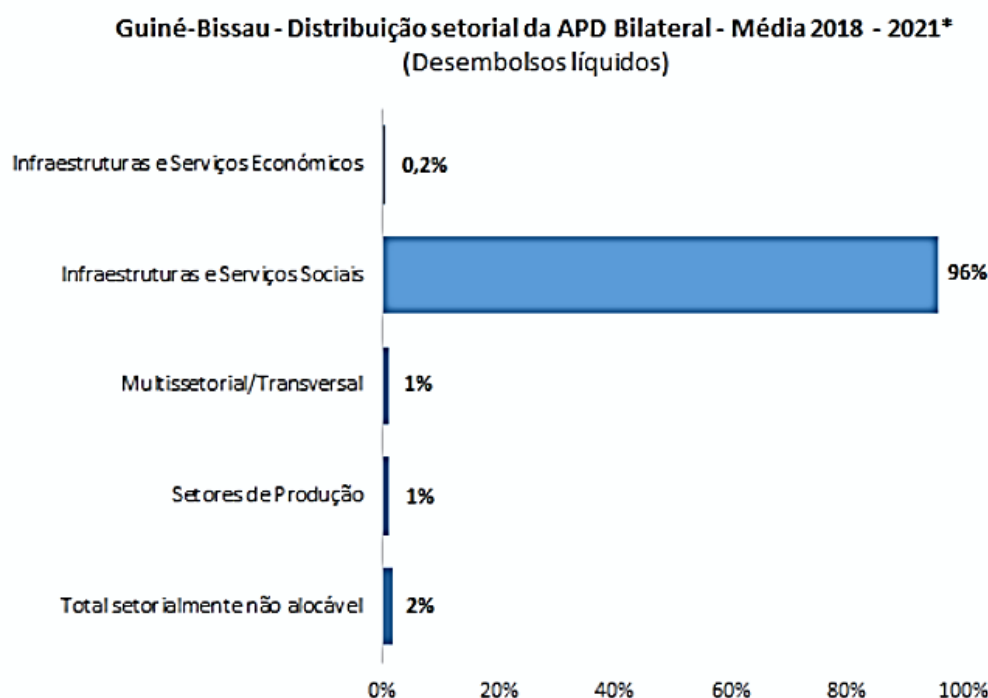
De acordo com os autores, Portugal tem sido o maior doador bilateral na Guiné-Bissau, registando-se um decréscimo do apoio ao desenvolvimento em 2012 e 2013 que se explica pelo facto de Portugal ter reduzido a intervenção da cooperação tendo em conta o golpe de Estado de 12 de abril de 2012 que provocou a suspensão da cooperação institucional (Carvalho, Barreto & Barros, 2017).

Não obstante, Portugal continuou no terreno com projetos desenvolvidos pelas ONG e o apoio direto às populações em setores prioritários como a Educação, a Saúde e o Desenvolvimento Rural.

A Cooperação Portuguesa tem tido uma intervenção de longa duração e significativa no setor da educação, que é um dos principais destinatários da APD portuguesa na Guiné-Bissau. Até 2014, este setor recebia a maior percentagem do orçamento da APD bilateral portuguesa, tendo sido suplantado em 2015 pelo setor da saúde. Entre 2011 e 2015, o setor da educação recebeu um total superior a 14 milhões de euros (Carvalho, Barreto & Barros, 2017, p.27).

A Cooperação Portuguesa tem-se destacado na disponibilização de recursos, nas ações de capacitação institucional, no apoio às estruturas governamentais e também na ajuda ao funcionamento das instituições públicas.

Fig. 2 – Ajuda Bilateral Camões, IP/Guiné-Bissau



Fonte: Camões, I.P./GPPE

* Dados preliminares reportados ao CAD/OCDE em março 2022

Como se pode verificar pela figura acima, existe uma quase total concentração no agrupamento setorial “Infraestruturas e Serviços Sociais” (que engloba Educação, Saúde, População e Saúde Reprodutiva, Governo e Sociedade Civil, Outras Infraestruturas e Serviços Sociais), representando 96% do total da APD de Portugal.

No Programa Estratégico de Cooperação Portugal – Guiné-Bissau 2021-2025 (PEC 2021-2025), podemos verificar que são apontados os seguintes “sectores de intervenção: i) Educação e Cultura; ii) Justiça, Segurança e Defesa; iii) Saúde, Assuntos Sociais e Trabalho; iv) Agricultura, Pescas, Energia e Ambiente; v) Infraestruturas, Economia e Finanças; e vi) Áreas transversais” (Camões, 2021, p. 4).

Como objetivos transversais aos sectores de intervenção prioritários, refere-se “a promoção dos direitos humanos e da igualdade de género, a luta contra todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas, o seu empoderamento, o combate ao tráfico de seres humanos, o apoio a grupos mais vulneráveis e à sociedade civil” (Camões, 2021, p.4).

Da leitura do PEC 2021-2025, é possível depreender que Portugal continuará a cooperar intensamente no setor de intervenção da educação, e também da cultura, setores que são apontados como “fundamentais para o desenvolvimento do capital humano, para a redução da pobreza e para se alcançar um desenvolvimento sustentável” (Camões, 2021, p. 6).

O documento em apreço, faz referência quer aos desafios, quer às oportunidades, com que a Guiné-Bissau se defronta no que respeita à qualidade da educação, e à sua melhoria, bem como no que respeita à promoção conjunta da língua oficial e de ensino (a língua portuguesa); nesta conformidade, é considerado que o apoio a prestar por parte de Portugal “deverá ser especialmente orientado para a formação inicial e contínua de professores, para a formação de formadores e para o ensino superior, numa perspetiva de contribuir para a sustentabilidade das intervenções” (Camões, 2021, p.7).

Entre as ações previstas encontram-se identificados Programas de Bolsas de Ensino e/ou Formação ao nível de licenciatura, mestrado e doutoramento; disponibilização de vagas para estudantes guineenses ao abrigo do Regime Especial de Acesso em Universidades Públicas e Institutos Politécnicos Portugueses; reforço das estruturas de Ensino Superior na Guiné-Bissau, através de ações de cooperação institucional, nomeadamente com a Universidade Amílcar Cabral, a Faculdade de Direito de Bissau, a Escola Superior de Saúde ou com a Escola Normal Superior Tchico Té; preparar a instalação de uma Escola Portuguesa, em Bissau, com tutela do Ministério da Educação de Portugal, com vista a assegurar um ensino de qualidade do curriculum português; promover o ensino em português, a difusão da língua e da cultura portuguesas e reforçar o apoio à formação inicial e contínua de professores em Língua Portuguesa e conteúdos técnicos em português; reforçar a capacitação institucional do Ministério da Educação da Guiné-Bissau no domínio da administração e gestão escolar; desenvolver projetos comuns entre escolas portuguesas e guineenses, bem como programas de intercâmbio e criação de redes de trabalho colaborativo no domínio da educação (entre outros).

3. Conceito de ONG e Legislação enquadradora na Guiné-Bissau

De acordo com o portal de impacto (2021), o termo ONG, surgiu depois do aparecimento das primeiras organizações de caridade que tinham vínculo com a igreja, percebendo-se que o termo ONG começou a ser utilizado na década de 1940, pela Organização das Nações Unidas (ONU), no final da Segunda Guerra Mundial. Deste modo, ONG referia-se às organizações privadas sem fins lucrativos que recebiam apoio de órgãos públicos e procuravam promover o desenvolvimento das comunidades, com a criação de projetos para ajudar ou apoiar os países pobres.

As Organizações Não Governamentais (ONG) a partir dos anos 80 tornaram-se atores centrais na cooperação internacional para o desenvolvimento, um domínio até então reservado aos governos e às organizações internacionais (Carvalho & Maurício, 2012).

Na década de 1990 deu-se a expansão das ONG, tendo aumentado as parcerias realizadas bem como o voluntariado, resultando num maior apoio de instituições privadas na execução de programas sociais que anteriormente estavam associados ao Estado. Consequentemente, as ONG ganharam força e visibilidade enquanto organizações cuja ação complementa a atuação do Estado, em particular na área social.

A Plataforma portuguesa ONGD afirma que pretende contribuir para a qualificação da intervenção da sociedade civil nos domínios da Cooperação para o Desenvolvimento, da Ação Humanitária e de Emergência e da Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global, referindo-se às ONGD enquanto organizações empenhadas na afirmação da solidariedade entre os povos e contribui para a criação de um mundo mais justo e equitativo⁵.

Já de acordo com o site da *Politize* (<https://www.politize.com.br/ong-o-que-e/>),

As organizações não-governamentais (ONG) são entidades privadas da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujo propósito é defender e promover uma causa política. Essa causa pode ser de qualquer tipo: direitos humanos, direitos animais, direitos indígenas, género, luta contra o racismo, meio ambiente, questões urbanas, imigrantes, entre muitos outros. (politize, 2017).

De acordo com Carvalho & Maurício (2012), são organizações cuja ação procura contribuir para a melhoria da sociedade, em particular junto de populações mais pobres e vulneráveis, assentam no voluntariado, não têm fins lucrativos e são independentes. Inicialmente dedicadas em particular à assistência humanitária de emergência e de prestação de serviços básicos, têm vindo a ampliar a sua ação levando a cabo intervenções de longo prazo, particularmente em áreas como o desenvolvimento rural e comunitário, o ensino, o ambiente, a promoção dos direitos humanos e a construção da paz e da democracia.

O Roteiro da União Europeia para um compromisso com a sociedade civil na Guiné-Bissau (2016-2020, pp. 3-4), aprovado em 17 de novembro de 2016, fornece algumas indicações importantes sobre o enquadramento legal das organizações da sociedade civil e das ONG no país.

Este Roteiro, apresenta como objetivo geral

⁵ Disponível em <https://www.plataformaongd.pt/quem-somos>

contribuir para a consolidação da boa governação no país, através do reforço das capacidades, da participação e concertação da sociedade civil, para que, de forma transparente e inclusiva, possa combater a pobreza e a desigualdade, promover a democracia e os direitos humanos e fazer face aos desafios do desenvolvimento sustentável, particularmente em prol das populações mais vulneráveis e marginalizadas (UE, 2016, p. 2).

Sistematizando o que é do conhecimento comum, este Roteiro (UE, 2016) identifica a Guiné-Bissau como país que tem sido marcado por constante instabilidade política e social desde a sua independência; esta instabilidade (conflitos internos e sucessivos golpes militares) tem contribuído muito para o atraso no desenvolvimento do país.

Com a democratização na Guiné-Bissau, na década de 90, teve lugar a alteração da Constituição da República, marcando a atual configuração e desenvolvimento da sociedade civil guineense e das suas organizações (OSC).

Do ponto de vista legal, o Decreto-Lei 23/92, de 23 de Março de 1992, bem como a lei da liberdade sindical, Lei nº 8/91, de 3 de Outubro de 1991, regem a existência e a validade de OSC e vêm disciplinar a criação e o exercício da atividade das ONG. Existem, ainda, outros diplomas legais que regulamentam questões mais específicas, como por exemplo as isenções aduaneiras e o imposto fundiário (UE, 2016).

A legislação guineense prevê as seguintes formas para as ações realizadas por pessoas coletivas que não visem o lucro:

- a) associações ou entidades criadas a partir da união de pessoas que se organizam voluntariamente com objetivos de natureza social (art.º 157 e seguintes do Código Civil);
- b) fundações de interesse social, entidades criadas por escritura pública ou testamento, a partir da dotação especial de bens livres, cujo fim deve estar expressamente especificado”, conforme o art.º 157 do Código Civil;
- c) as ONG, pessoas coletivas de direito privado, de livre criação, apartidária e com fim não lucrativo, conforme o Art.º 2º do Decreto 23/92 (UE, 2016, p.3-4).

A Constituição guineense (Art.º 55, n.º 1) determina que a organização de associações é independente de autorização e uma entidade pode atuar sem estar formalmente constituída, assim como uma pessoa física a pode integrar (UE, 2016).

O Roteiro (UE, 2016) refere ainda que no que respeita a fontes de financiamento e de apoio organizacional se verifica uma grande dependência financeira externa e uma incapacidade das OSC em gerar fundos para financiar as suas atividades, existindo, mesmo, um clima de desconfiança dos associados face às lideranças organizacionais.

Esta situação gera efeitos perversos entre as diferentes organizações que adotam uma lógica de competição, de rivalidade e de monopólio territorial, em detrimento da cooperação, mesmo quando são apoiadas pelas mesmas entidades financiadoras. Conduz também a uma desnecessária dispersão de recursos e descoordenação de intervenção, acabando por se repercutir no enfraquecimento do impacto das suas ações (UE, 2016, p. 4).

Existia uma estrutura de coordenação e dinamização da ajuda não-governamental SOLIDAMI (Solidariedade e Amizade), mas que desapareceu criando um vazio no que respeita a seguimento e fiscalização externa da intervenção das ONG nacionais e estrangeiras. Só em 2014 foi criada a Direção Geral de Coordenação de Ajuda Não-governamental (DGCANG), com enquadramento no Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades, tendo funções de coordenação, apoio, seguimento e avaliação do trabalho das entidades nacionais e internacionais a desenvolver atividade na Guiné-Bissau (UE, 2016).

Capítulo III – Setor Educativo na Guiné-Bissau

Neste capítulo abordaremos a questão da educação, com umas breves notas teóricas mais gerais, afunilando a nossa reflexão para as questões relacionadas com o funcionamento do setor educativo na Guiné-Bissau, as suas fragilidades e evolução recente.

1. O setor educativo na Guiné-Bissau e as suas fragilidades

Segundo (Furtado, 2005), percebemos que,

o conceito de educação ganhou, a partir do século XVIII, com a criação de sistemas educativos nacionais, uma nova dimensão. Os seus fins e objetivos sofreram profundas mudanças ao longo, sobretudo, destes últimos séculos, originados pela industrialização, desenvolvimento económico, mudanças sociais e políticas ocorridas em todos os países (p.33).

A educação tornou-se numa das mais complexas atividades ao longo do tempo, do ponto de vista social, económico e político, existindo diversas conceções sobre educação.

De acordo com Teixidó (1997, citado por Furtado, 2005, p. 33), “a educação é uma necessidade social num duplo sentido. Integra na tradição as construções culturais de desenvolvimento económico e social e habilita para a inovação e resposta aos desafios e aos problemas do próprio desenvolvimento”.

Na perspetiva de Paulo Freire (2001, citado por Vianna, 2007, p.40), educar é construir e libertar o homem do determinismo, isto significa, reconhecer o papel da História e a questão da identidade cultural, percebendo o indivíduo como ser autónomo e predisposto a contribuir para mudar o mundo.

Para Gaspar (2002) a educação, enquanto processo de desenvolvimento intelectual da criança e do ser humano, tem um significado tão amplo e abrangente que, em geral, não precisa de adjetivos. Considerada como uma instituição muito antiga, cuja origem está ligada ao desenvolvimento de nossa civilização e aos conhecimentos por ela criados, é um processo, geralmente, associado à escola, com reconhecimento oficial, oferecida em cursos com níveis, graus, programas, currículos e diplomas – neste sentido, é normalmente designada como educação formal (Gaspar, 2002).

De acordo com o autor “[a]ssim como há lugar para morar, trabalhar e rezar, há muito tempo se estabeleceu e se destinou um lugar para ensinar e aprender (Gaspar, 2002, p. 172).

O autor refere, ainda, que embora a produção do conhecimento não se possa restringir a instituições ou a lugares específicos, a transmissão regular e disciplinar do conhecimento foi sendo, com o tempo, delegada à escola – ou seja, à educação formal.

Ainda que existam outras formas de ensinar e aprender, vamos centrar, por agora, a nossa atenção nas questões relativas à terminologia aceite de educação formal para nos aproximarmos da organização do setor educativo da Guiné-Bissau.

Ao fazer esta aproximação ao setor educativo da Guiné-Bissau, inevitavelmente, uma das primeiras questões que se impõe discutir é a sua relação com os princípios de universalidade e de igualdade/equidade.

De acordo com Canário (2005),

[a] génese da escola inscreve-se no contexto da dupla revolução liberal e industrial, contribuindo para uma nova ordem social, política e económica em que, no contexto da abolição dos privilégios das classes dominantes do Antigo Regime, o estatuto social deixasse de ser predominantemente herdado e passasse a ser socialmente adquirido (p.37).

Contudo, a par do crescimento e do alargamento da escolarização podemos dar conta da manutenção e, até, do acentuar das desigualdades sociais.

Ainda de acordo com Canário (2005) “todos partilhamos o desejo de construir um serviço público de educação justo, democrático, que acolha todos, sem discriminação e que não seja gerador, directo, de desigualdades escolares, nem as amplifique ou reproduza ao nível social” (p. 46).

Porém, o autor questiona que tal seja possível e duvida que possa acontecer sem que exista um projeto social, ele próprio, fundado nos mesmos princípios de igualdade e de justiça.

De acordo com a Lei de Base do Sistema Educativo da Guiné-Bissau (Lei n.º 4/2011, publicada no Boletim Oficial n.º 13, de 29 de março de 2011, doravante referida como Lei de Bases ou Lei de Bases do Sistema Educativo), no seu art.º 2, ponto 1., “É reconhecido a todos os guineenses o direito a Educação e Cultura nos termos da Constituição da Republica”.

De notar que só em 2011 Guiné-Bissau vê publicada a sua primeira Lei de Bases do Sistema Educativo. Não nos iremos deter no longo processo que deu lugar à promulgação desta lei, importa, no entanto, referir que o mesmo teve o seu início em 1992, tendo sido “estimulada pela Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em

1990, que estabelecia que até 2000 todas as crianças em idade escolar deveriam ter acesso a uma educação de qualidade” (Lopes, 2014, p. 67).

De acordo com a autora, esta Conferência constituiu um marco importante e decisivo na criação da primeira Lei de Bases do Sistema Educativo Guineense, tendo sido iniciado em 1992 um processo de reforma educativa, especialmente, ao nível do ensino básico. A construção da primeira Lei de Bases do Sistema Educativo foi então iniciada nesse mesmo ano, mas com várias interrupções que se ficaram a dever à conjuntura do país – a instabilidade política e institucional do país, levando a que até ao ano de 2010 o sistema educativo guineense não tivesse um quadro de referência para a organização, orientação, regulação e desenvolvimento do sistema educativo (Lopes, 2014).

Aspetos como o financiamento do setor educativo, a inserção da Guiné-Bissau na sub-região da União Económica Monetária Oeste Africano (CDEAO), as sucessivas greves dos professores reivindicando o Estatuto da Carreira Docente, e que afetavam fortemente as atividades letivas, pressão dos parceiros sociais internos e externos e a premente necessidade de organizar o sistema de ensino, estiveram na origem e levaram à criação da Lei de Bases (Lopes, 2014).

São objetivos expressos no texto da Lei, no seu artigo 3º, entre outros, assegurar uma formação adequada e orientada para o trabalho; diversificar, descentrar e descentralizar as estruturas e atividades educativas adaptando-as à realidade do país; promover a participação na definição da política educativa e na administração escolar de pais, encarregados de educação, docentes e outros atores do processo de educação; corrigir assimetrias regionais; garantir novas oportunidades aos que não as tiveram em tempo oportuno; garantir igualdade de oportunidades de género.

No que respeita à organização do setor, a primeira seção é dedicada à educação não formal, entendida num sentido de educação permanente, abrangendo todas as dimensões da ação educativa em complemento da educação formal (art.º 5º). São definidas como áreas da educação não formal a alfabetização e educação de base de jovens e adultos; ações de reconversão e aperfeiçoamento profissional, considerando a evolução tecnológica; educação dirigida para a ocupação criativa de tempos livres; educação cívica (art.º 6ª), cabendo ao Estado e às organizações da sociedade civil a promoção e o apoio às ações de educação não formal (art.º 7º).

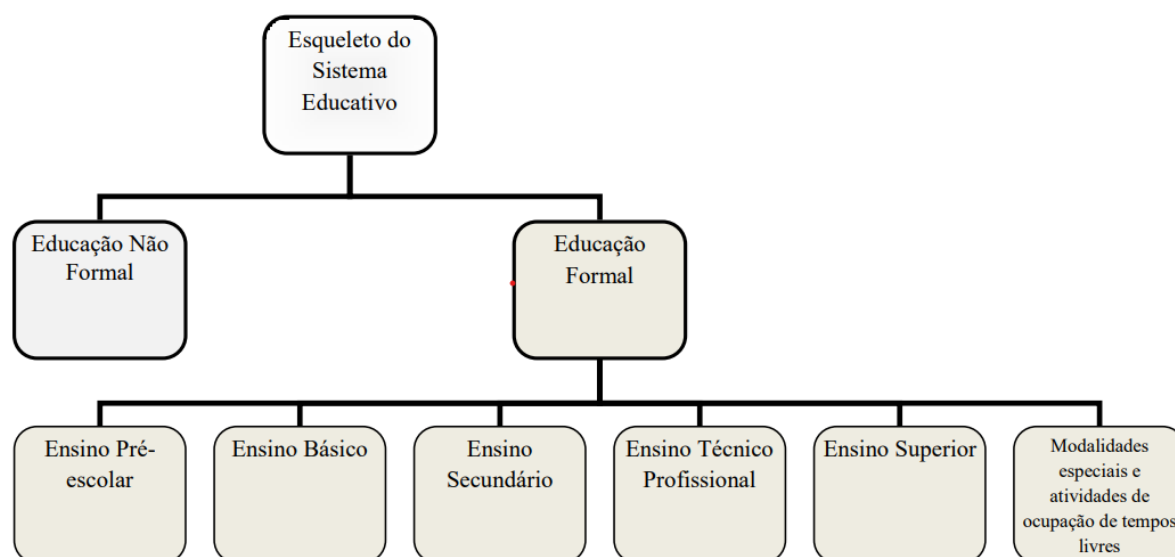
No que respeita à Educação formal, é apresentada como correspondendo à que integra, de forma sequencial, os ensinamentos pré-escolar, básico, secundário, técnico-profissional e superior e investigação.

São, também, contempladas modalidades especiais, como a formação técnico-profissional, educação especial, ensino recorrente de adultos, ensino a distância e educação para comunidades guineenses no estrangeiro (art.º 30º).

Além das disposições relativas aos apoios escolares, a Lei de Bases apresenta também disposições relativas aos parceiros no processo educativo e às carreiras dos profissionais da educação.

No art.º 12º, relativo à universalidade, obrigatoriedade e gratuidade, é estabelecido que o ensino básico é universal e obrigatório, é totalmente gratuito⁶ até ao 6º ano e a partir do 7º ano é tendencialmente gratuito, de acordo com as possibilidades do Estado.

Fig. 3. Estrutura do sistema educativo de acordo com a Lei de Bases



Fonte: Lopes (2014, p. 109)

Até ao ano letivo 2009/2010, educação pré-escolar era destinada a crianças dos 3-6 anos de idade; na sequência da Lei de Bases e da reforma de 2010, está prevista para crianças dos 3 aos 5 anos de idade em jardins de infância ou infantários, que são na sua maioria iniciativas comunitárias, privadas ou religiosas.

O ensino básico destinava-se a crianças dos 7 aos 12 anos de idade até 2009/2010, com a duração de seis anos, correspondendo aos graus da 1ª à 6ª classes, encontrando-se dividido em dois subciclos: o ensino básico elementar e o ensino secundário (República da Guiné-

⁶ Ensino básico gratuito: isenção de propinas, taxas e emolumentos de matrícula e certificação; gratuidade de livros e materiais didáticos.

Bissau, 2022, p. 69). Este nível de ensino foi reformulado nos últimos anos, e apesar da reforma para unificar os dois ciclos tenha tido lugar em 2001, muitas escolas continuaram a oferecer apenas o primeiro ciclo.

Com a reforma de 2010, o ensino básico passou a ser destinado a crianças dos 6 aos 14 anos de idade, tendo a duração de nove anos, o que corresponde aos graus 1 a 9, divididos em três subciclos: 1º ciclo (4 anos), 2º ciclo (2 anos) e 3º ciclo (3 anos).

No que respeita ao ensino secundário, desde a reforma de 2010 abrange jovens dos 15 aos 17 anos durante três anos: 10º, 11º e 12º anos, sendo ministrado em escolas secundárias.

A formação técnica e profissional é desenvolvida em duas modalidades: a formação de inserção profissional e o ensino técnico e profissional. A formação de integração profissional está aberta a estudantes que tenham concluído o ensino básico até à 6ª classe, tem a duração de seis meses e um ano e visa facilitar a rápida integração dos estudantes no mundo do trabalho. O ensino técnico e profissional destina-se a jovens que tenham completado pelo menos a 9ª classe, tem a duração de três anos e confere um grau académico. O ensino superior é de dois tipos: o ensino universitário que conduz a um grau académico e o ensino não universitário que conduz a um grau profissional (República da Guiné-Bissau, 2022, pp. 69-70).

É consensual que o país ainda está longe de ultrapassar os problemas relativos à implementação das medidas que conduzam a uma educação de qualidade e à garantia do princípio da universalidade. O que não significa que não tenham sido feitos progressos, mas os desafios que o setor enfrenta são muitos, variados e complexos.

Procuraremos traçar um breve retrato da educação na Guiné-Bissau. De acordo com a informação constante no Exame Voluntário Nacional (República da Guiné-Bissau, 2022), a qualidade da educação continua a ser uma preocupação, embora esteja a ser bastante desenvolvida. Neste relatório, afirma-se que nas zonas rurais, a maioria dos cidadãos tem fraco acesso aos serviços básicos, nomeadamente água potável, saúde e educação, revelando, assim, a existência de fortes assimetrias regionais.

Mais de metade da população não é alfabetizada, apresentando fortes disparidades entre homens e mulheres.

Existe uma diferença de género na educação em que quase 60% da população feminina é analfabeta e apenas 51% das mulheres entre os 15-24 anos são alfabetizadas, em comparação com 70% dos homens da mesma idade. Esta diferença de género na educação aumenta quando se comparam

populações urbanas e rurais. A taxa de alfabetização feminina nas zonas urbanas é de 73%, enquanto nas zonas rurais é de apenas 25%. (República da Guiné-Bissau, 2022, p 45).

O país tem a mais baixa taxa de conclusão do ensino primário na África Ocidental. Em 2019, a Guiné-Bissau registava uma taxa de conclusão do ensino primário de apenas 27,2%, sendo o abandono precoce e a entrada tardia as principais razões explicativas para uma taxa de conclusão tão baixa. Destes 27,2%, 10% são crianças de zonas urbanas e 36% são de zonas rurais.

Para muitas crianças, o acesso a uma educação de qualidade continua a ser um desafio, para o qual contribuem as greves de professores, a falta de professores qualificados, a baixa participação da comunidade, o trabalho infantil, o trabalho doméstico não remunerado, o casamento precoce ou forçado, a insegurança alimentar, a falta de fundos para materiais didáticos e a inexistência de instalações escolares adequadas (República da Guiné-Bissau, 2022).

As escolas carecem de instalações adequadas, o que significa que a maioria das escolas não conseguem funcionar normalmente na época da chuva principalmente nos meses de maio, junho e julho; também não apresentam instalações sanitárias adequadas, o que tem um grande impacto principalmente nas raparigas.

Todos estes fatores são afetados por questões de desigualdades e pobreza.

A pandemia COVID-19 correspondeu a um grande fator de risco e perturbação nas aprendizagens, nomeadamente no que respeita aos mecanismos de proteção e apoios escolares, “incluindo a saúde escolar, nutrição e alimentação, comprometendo assim o bem-estar de crianças vulneráveis, incluindo raparigas, deficientes, pobres e outros grupos marginalizados” (República da Guiné-Bissau, 2022, p. 69).

Percebe-se, assim, que embora a Constituição da República da Guiné-Bissau preconize a universalidade da educação e que tal princípio esteja também no texto da Lei de Bases do sistema de ensino, na prática tal não corresponde à realidade.

De acordo com os dados mais recentes que conseguimos obter (UNICEF, 2021), as taxas de conclusão vão diminuindo à medida que muda o nível de ensino.

Se, em média, 27% das crianças concluem o 1º e o 2º ciclo do ensino básico, apenas 17% concluem o 3º ciclo e, ainda menos, 11% o nível secundário. Estas taxas médias, escondem

fortes desigualdades no país, quer relacionadas com as capacidades económicas das famílias, quer com a zona de residência, o género e a etnia⁷ das crianças (UNICEF, 2021). Estas desigualdades são particularmente acentuadas no que respeita às taxas de conclusão no ensino secundário. Neste nível,

A taxa é de 16 por cento para a etnia Papel, comparado com os 11 por cento a nível nacional. A diferença entre os mais ricos e mais pobres chega a 20 pontos percentuais e é de 15 pontos percentuais quando se refere às áreas urbanas e rurais (UNICEF, 2021, p. 7).

As taxas de conclusão entre os vários níveis de ensino básico e secundário penalizam muito mais as crianças do sexo feminino; no que respeita às zonas de residência, existem mais crianças de zona rural a não concluírem (nos 1º e 2º ciclo do ensino básico, 7 em cada 10 crianças que não concluíram residem numa zona rural). Em termos de nível económico, a maioria das que não concluem são as que pertencem a famílias mais pobres; quanto à pertença étnica, a maior probabilidade de não concluir tende para as crianças das etnias Fula, Balanta e Madinga (UNICEF, 2021).

De um modo global, menos de metade dos jovens da Guiné-Bissau são alfabetizados (48%); no que respeita a competências em TIC, apenas 6% apresenta tais competências; quanto a leitura e cálculo, também os níveis de competências das crianças na Guiné-Bissau são baixos: 12% em habilidades básicas em leitura e 7% por cento em cálculo (UNICEF, 2021).

Portanto, as questões do abandono e do insucesso escolar estão muito presentes na realidade educativa da Guiné-Bissau.

Como sistematizado em Parlamento Europeu (2011), podemos considerar que o abandono escolar respeita à saída do sistema educativo sem possuir as competências ou qualificações que, atualmente, são consideradas necessárias e fundamentais para fazer uma transição bem-sucedida para o mercado de trabalho e para uma participação ativa na atual economia baseada no conhecimento.

Na perspetiva de Estevão e Álvares, (2013), percebemos que,

⁷ Exemplo: A etnia Mancanha apresenta uma taxa de conclusão de 59% no 1º e 2º ciclos do ensino básico, sendo a média nacional de 27%. Percebe-se, assim, que as diferentes etnias valorizam a educação e a escola de forma distinta, ficando como pista para trabalhos futuros um estudo comparativo entre as etnias existentes na Guiné-Bissau e os fatores que estão na origem dos diferentes resultados escolares das respetivas crianças.

num passado não muito distante, abandonar a escola não era considerado um problema. Mas à medida que se reforça a percepção da relevância das qualificações na mobilidade social e melhoria da competitividade global do país, o problema social do abandono escolar foi sendo construído e ganhou o seu lugar na agenda internacional e política educativa nacional (p.4).

Nessa ótica, entende-se que o abandono escolar é uma questão individual, mas também um problema social; ou seja, aqueles que não completam, pelo menos, o nível de escolaridade obrigatória definido pelo Estado, dificilmente têm as habilidades mínimas necessárias para integrar com sucesso o mercado de trabalho formal.

O abandono escolar é, ou deve ser, cada vez mais, uma preocupação para as sociedades, famílias e, também, para os responsáveis políticos, pois provoca aumento da exclusão social e tem custos públicos relativos ao crescimento económico e ao desenvolvimento dos países. Assim, um país com indicadores elevados de abandono escolar enfrentará problemas de emprego e de coesão social, tendo dificuldades para competir no mercado global e para atingir um crescimento sustentável e inclusivo (Parlamento Europeu, 2011).

De acordo com Araújo (2020), no contexto da Guiné-Bissau, o abandono escolar considera-se como a saída dos alunos da escola, embora essa saída possa ser temporária e, depois de algum tempo, possam voltar de novo para a escola.

A situação de abandono pode ser motivada por várias razões por exemplo: meios financeiros, problemas familiares e ambiente familiar, distância com a escola – sendo que este é um fenómeno que afeta crianças, adultos e comunidades.

A relação dos alunos com a escola é influenciada pelo contexto socioeconómico; estando muitas famílias guineenses em situação de difíceis condições económicas, tendo baixos níveis de escolaridade e, em muitos casos, analfabetismo, tal dificulta todo o processo de ensino-aprendizagem das crianças. Por um lado, colocando entraves no acesso, nas percepções sobre o valor da escola e, por outro, em relação às capacidades de acompanhamento e orientação para o sucesso escolar.

Segundo o RESEN (2011, citado em Bedeta, 2013), a situação do abandono escolar na Guiné-Bissau, está relacionada com o fator de pobreza, como já referimos anteriormente, existindo regiões com maior incidência da pobreza; sendo o trabalho doméstico na família considerado como uma das causas de abandono escolar, devido a questões económicas, no qual o trabalho infantil representa 32% e o casamento precoce cerca de 29% (Bedeta, 2013).

A investigação sobre problemáticas do abandono relaciona-o com as questões da retenção e do insucesso, mas é também introduzida uma outra dimensão que não pode ser descurada e que se relaciona já não com fatores externos à escola, mas sim internos, considerando o insucesso enquanto processo que começa na escola (Álvares e Esteves, 2012).

De acordo com Estevão e Álvares (2013), entende-se que o termo insucesso escolar é utilizado no sistema educativo para caracterizar o fraco rendimento do aluno, ou seja, a dificuldade que uma criança pode ter durante o seu percurso escolar em atingir os objetivos propostos no tempo previsto de acordo com a sua idade.

Na perspetiva de Peixoto (1999, citado em Martins, 2017), percebemos que o termo insucesso escolar não é só o facto de o aluno reprovar, ou seja, pode haver insucesso escolar mesmo quando o aluno é aprovado, pois, insucesso escolar significa também rendimento abaixo das possibilidades do estudante; outra perspetiva considera que uma vez terminada a escolaridade, os alunos podem não conseguir mobilizar os conhecimentos adquiridos durante todo o seu percurso escolar, sendo este um indicador de que não houve uma aprendizagem ou que esta não foi feita corretamente (Martins, 2017).

As várias questões que afetam o sistema de ensino na Guiné-Bissau conduzem a situações quer de insucesso, quer de abandono, sendo uma preocupação para o Estado, sendo reconhecida a fraca qualidade da educação no país.

De acordo com (Day 2001, citado em Bedeta, 2013), uma das maiores preocupações do Estado em matéria de melhoria da qualidade da educação é relativa à formação de professores qualificados, no sentido de desenvolver o sistema educativo do país.

Há necessidade de formação de professores qualificados e a criação de condições educativas, objetivos que ainda não foram alcançados no país, existindo professores em exercício sem formação para o ensino, embora nos últimos anos o sistema de ensino tenha visto aumentar o número de professores com formação inicial de professores.

A falta de quadros com formação não se refere apenas à área da educação, sendo uma fragilidade em vários domínios.

Na perspetiva de Cá, (2015), seria possível que a Guiné-Bissau, atualmente, já possuísse quadros formados suficientes para ocupar lugares em todas as áreas. No entanto, a maioria dos quadros reside no exterior; a instabilidade política e a pouca motivação para trabalhar no país, por falta de condições, causou a fuga de muitos quadros a saírem e permanecerem noutros países. Com ausência desses quadros superiores, as instituições públicas foram ocupadas por pessoas menos qualificadas para exercerem as funções/cargos na administração pública.

Embora após a Independência tenha aumentado o número das pessoas com formação superior, não só porque houve um aumento de instituições de formação superior, média, e técnica, mas também pela existência de bolsas de estudos para o exterior.

Espera-se que a maioria dos quadros formados no exterior regressem ao país após o término dos cursos, contudo tal nem sempre acontece.

O que também contribui para os problemas estruturais com que o setor da educação se depara na Guiné-Bissau, sendo o número de professores com uma formação académica e pedagógica reduzido, atuando, em geral os professores com pouca formação.

Existem também problemas ao nível da carreira dos professores, falta de condições de trabalho e baixas remunerações, provocando muita insatisfação e desmotivação. O que tem conduzido a sucessivas greves na educação, levando a que os três períodos letivos previstos na organização dos anos escolares muitas vezes se reduzam apenas a dois.

Tal facto tem consequências a vários níveis, incluindo nos resultados dos alunos em consequência do incumprimento dos programas escolares e da não lecionação de grande parte dos conteúdos.

De acordo com Branco (2012, citado em Martins, 2017, p.29), “é impossível responsabilizar apenas uma entidade, uma vez que, a sua origem está na junção de vários fatores: condições sociais, económicas e culturais, a família, o sistema educativo e a própria escola”.

Capítulo IV - Metodologia

Retomando os objetivos deste trabalho, é nossa preocupação com esta pesquisa, a partir do estudo do caso da FEC, complementado com a análise de documentação oficial sobre o setor da educação, identificar os principais problemas e necessidades do sistema de ensino na Guiné-Bissau, conhecer as formas de intervenção desenvolvidas pela FEC na área educativa, os principais constrangimentos e também oportunidades com que se tem deparado no desenvolvimento da sua intervenção, tendo em vista conhecer o papel desta ONG no que respeita à promoção de uma educação de qualidade no país.

Assim de um modo mais específico, ao identificar junto da ONG FEC Guiné-Bissau de que forma tem desenvolvido a sua ação no domínio da educação, julgamos conseguir compreender os principais problemas que esta ONG identifica na Guiné-Bissau na área educativa, nomeadamente ao nível das condições de trabalho dos seus formadores bem como dos principais fatores motivacionais no desempenho das suas funções, também compreender a perspetiva dos formandos após os seus processos de ensino e aprendizagem com a FEC - embora sem qualquer intenção de extrapolar resultados, estas questões ajudarão a refletir sobre a situação educacional do país.

Este trabalho configura-se, assim, na lógica de um estudo de caso com carácter exploratório. De acordo com Ponte (2006), o estudo de caso é

uma investigação que se assume como particularista, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspetos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse (p. 2).

Segundo Ponte (2006) percebemos que o estudo de caso é um método qualitativo que baseia, geralmente, em uma forma de aprofundar uma unidade individual, também serve para responder a interrogações quanto a fenómenos sobre os quais o pesquisador não tem muito controle. Por um lado, o estudo de caso contribui para compreendermos melhor os fenómenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade, ou seja, é uma ferramenta utilizada para entendermos a forma e os motivos que levaram a determinada decisão.

Para Yin (2001),

o estudo de caso como uma ferramenta de investigação científica é utilizada para compreender processos na complexidade social nas quais estes se manifestem: seja em situações problemáticas, para análise dos obstáculos, seja em situações bem-sucedidas para avaliação de modelos exemplares (p.21).

Assentando normalmente numa abordagem do tipo qualitativo, que se acredita ser mais profícua no que respeita às intenções de compreensão de um determinado fenómeno e dos seus múltiplos contornos, não impede a utilização de uma diversa combinatória de técnicas de recolha de informação.

Significa que é um estudo empírico naturalista, que procura compreender uma dada realidade sobre a qual os informadores privilegiados expressam a sua opinião, de acordo com as suas próprias interpretações. Investiga um fenómeno contemporâneo partindo do seu contexto real, utilizando múltiplas fontes de evidências.

Nesta pesquisa, consideramos ser mais adequado seguir uma abordagem do tipo qualitativo, com o desenvolvimento de pesquisa documental e a realização de entrevistas. A Fundação Fé e Cooperação (FEC) na Guiné-Bissau é um parceiro direto do Ministério da Educação Nacional (MEN), e o seu estudo parece-nos importante também por essa razão, pelo que concentramos a nossa pesquisa no conhecimento o mais aprofundado possível desta organização, desenvolvendo um conjunto de procedimentos que nos permitam obter as informações sobre o tema: O papel da Fundação Fé e Cooperação (FEC) no desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau: um estudo de caso.

Para tal, fomos para o campo com o objetivo de fazer coleta de dados no terreno baseando na técnica de entrevista semiestruturada (conforme Guiões em Anexo I), com informadores privilegiados relevantes e significativos no âmbito da atuação da FEC e do setor da educação.

De acordo com Albarello (1997, p.89), a entrevista é “(...) o instrumento mais adequado para delimitar os sistemas de representações, de valores, de normas veiculadas por um indivíduo”. Ainda, Bogdan & Biklen (1994, p.134) defendem que a entrevista é “uma conversa intencional, geralmente entre duas pessoas (...), dirigida por uma das pessoas, com o objetivo de obter informações sobre a outra” em relação a determinados assuntos ou temas em concreto.

O trabalho de pesquisa na Guiné-Bissau decorreu entre 13 de maio e 21 de junho de 2022, tendo sido realizadas entrevistas semiestruturadas a cinco informadores significativos em duas instituições: a Fundação Fé e Cooperação (FEC) e o (MEN) Ministério da Educação Nacional na Guiné-Bissau. A seleção dos entrevistados foi feita de acordo com as funções que, à data, desempenhavam podendo dizer-se que se trata de uma amostra por conveniência: dois representantes da FEC; um formador da FEC; um gestor do projeto PRECASE na Guiné-Bissau; um ex-secretário de estado do ensino superior e, à data, técnico sénior no INDE- Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação; um formando da FEC, à data Inspetor do Ministério da Educação Nacional.

Relativamente a outras características, apresentamos uma pequena sistematização:

Tabela 1 – Caracterização dos entrevistados

Nome	Sexo	Idade	Habilitações	Instituição	Funções
Joana Santos*	M	52	Licenciada em Ciências da Educação; mestre em administração escolar	FEC	Representante da FEC na Guiné-Bissau
Carlos Silva *	H	43	Licenciado em Ciências da Educação	FEC	Gestor do Projeto PRECASE
Lino Vaz*	H	35	Licenciado em Língua Portuguesa	FEC	Formador da FEC
Garcia Bedeta	H	39	Licenciado em Ciências da Educação; mestre em Sociologia	INDE; ex-MEN	Técnico Sénior Ex-Secretário de Estado do ensino superior
Domingos Cá	H	38	Bacharel em Língua Portuguesa; formando da FEC	MEN	Inspetor

*Nomes fictícios

Para além das entrevistas, foi também feita recolha e análise documental. Inicialmente, numa lógica exploratória, de acordo com a perspetiva de Quivy & Campenhoudt (2008, p.49): “as operações de leitura visam essencialmente assegurar a qualidade da problematização”. Deste modo, antes de iniciar e durante toda a investigação foram mobilizados contributos de autores, trabalhos académicos realizados sobre a mesma temática ou temáticas afins e, não menos importante, relatórios da ONG em estudo, bem como de organizações nacionais e internacionais a atuar na Guiné-Bissau no âmbito da

cooperação para o desenvolvimento e de programas de ajuda externa ao desenvolvimento do país.

Estes relatórios foram sendo mobilizados de acordo com as temáticas selecionadas para este trabalho, desde as questões caracterizadoras e contextualizadoras da realidade da Guiné-Bissau, às questões mais específicas no que respeita ao setor educativo, aos seus constrangimentos e, também, aos programas a decorrer no domínio educativo tendo em vista a sua melhoria e expansão.

Desta forma, toda a informação documental a que foi possível aceder revelou-se da maior importância enquanto fonte de informação não direta. Uma vez que a Guiné-Bissau é um país enquadrado em programas de ajuda externa ao desenvolvimento, os programas propostos e a sua fundamentação, bem como os relatórios de seguimento e de impacto são ferramentas que o investigador não pode descurar pela sistematização de informação relevante e pelas suas características de documentação oficial (quer do Governo local, quer de instituições que operam no terreno como, por exemplo, a ONU).

No que respeita ao tratamento da informação recolhida através de entrevistas, foi feita a transcrição das entrevistas realizadas e sintetizada a informação em grelhas de análise (Anexo nº II), de acordo com as temáticas abordadas pelos entrevistados em resposta às questões colocadas.

Isabel Guerra, (2006, p. 63), identifica diferentes tipos de análise de conteúdo, ou seja, diferentes técnicas de análise de dados qualitativos - (categorial, avaliação, enunciação, expressão). No nosso caso, optou-se por uma análise do tipo categorial que, de acordo com Guerra (2006, p. 78) “consiste na identificação das unidades pertinentes que influenciam determinado fenómeno em estudo «reduzindo o espaço de atributos» de forma a sacar apenas as variáveis explicativas pertinentes”.

No que respeita à análise documental, o procedimento é equivalente tendo sido feitas várias leituras da documentação e sintetizada a informação relevante em temas de acordo com as diferentes dimensões, centrais ou transversais, do nosso trabalho – não são apenas os indicadores que decorrem dos nossos objetivos que importam, mas sim todo o conjunto de dimensões que transversalmente concorrem para a caracterização e compreensão do fenómeno em análise.

Importa salientar algumas dificuldades com que nos deparamos no decurso da pesquisa. Desde logo, o acesso a informação atualizada, nomeadamente estatísticas oficiais, sendo muita desta informação antiga e podendo não corresponder fielmente à situação atual.

Mesmo os relatórios mais recentes de Organizações Internacionais reportam-se, muitas vezes, a dados mais antigos salientando a falta de informação atualizada no país como uma das fragilidades a ser ultrapassada.

Por outro lado, existiram também algumas dificuldades em obter mais testemunhos através de entrevistas, dada a impossibilidade de agendamento das mesmas durante o período em que o pesquisador poderia permanecer na Guiné-Bissau uma vez que, enquanto estudante numa instituição de ensino em Portugal, tinha a sua permanência no terreno balizada pelas datas da viagem adquirida, apesar de termos conseguido prolongar a nossa estadia no terreno por mais uma semana. Acresce que também não foi possível encontrar disponibilidade por parte de potenciais informadores relevantes, nomeadamente representantes e/ou responsáveis de entidades e organismos públicos, que teria sido do maior interesse ouvir. Compreendemos, no entanto, que dadas as características da sociedade guineense, nalguns aspetos ainda muito fechada, bem como a grande instabilidade social e política que continua a atravessar o país, tal possa ter constituído constrangimentos para quem exerce determinadas funções em cargos públicos.

Certamente que a inexperiência do pesquisador, a conduzir pela primeira vez um processo desta natureza, também contribuiu para a incapacidade de ampliar o leque de entrevistados. Importa dizer que uma vez feita a primeira abordagem e tratada a primeira informação recolhida é mais fácil identificar o que fica a faltar. Contudo, nas nossas circunstâncias seria incomportável regressar à Guiné-Bissau para realizar uma segunda ronda de entrevistas e de levantamento de informação. Consideramos, contudo, que estas dificuldades não põem em causa a conclusão do trabalho, uma vez que a consciência da existência de algumas limitações não só não impede de continuar o percurso como incentiva a encontrar mecanismos alternativos que garantam a qualidade e o rigor nos resultados que apresentamos no nosso trabalho. Efetivamente, muita da informação que poderia ter sido recolhida diretamente em sede de entrevista, encontra-se na forma escrita, em documentos oficiais que usamos para completar a nossa análise.

Finalizamos salientando algumas questões que se prendem com as nossas circunstâncias, que embora possam ser consideradas pessoais, não podem deixar de ser consideradas no percurso de pesquisa. Durante o percurso deste trabalho defrontamo-nos com alguns constrangimentos, nomeadamente, problemas económicos, com dificuldades financeiras para pagar transportes, quer a viagem de Portugal para a Guiné-Bissau, quer dentro da região para deslocações no âmbito da pesquisa e, também, falta de equipamentos apropriados, como é o caso de gravador de voz de qualidade.

Pese embora a existência de dificuldades, tal nunca se constituiu como fator desmobilizador para a conclusão deste trabalho, procuramos, antes, adotar uma postura de encontrar soluções para ultrapassar os constrangimentos e ser resilientes, característica tantas vezes discutida neste curso de mestrado e que, podemos afirmar, não se aplica apenas aos públicos com os quais o profissional da intervenção social potencialmente irá trabalhar, aplicando-se, também, ao próprio profissional.

Capítulo V - Análise da informação recolhida

Neste capítulo, iremos apresentar a informação a que foi possível chegar, quer através das entrevistas realizadas, quer através de documentação complementar. Optamos por ir mobilizando, sempre que existiam, diferentes fontes que nos permitam dar resposta aos nossos objetivos.

Nesta conformidade, após o tratamento e análise da informação recolhida, destacamos algumas categorias emergentes da referida análise – caracterização da Fundação Fé e Cooperação, sua missão e objetivos; apresentação e explicação de projetos desenvolvidos pela FEC, em particular os implementados na Guiné-Bissau; a relação da FEC com o MEN e a sua ação no setor da Educação, com a identificação dos principais problemas deste setor na perspetiva dos representantes da FEC e de oportunidades percebidas pelos mesmos no sistema educativo guineense. Sistematizaremos, assim, o papel da FEC no desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau.

Abordaremos as condições motivacionais dos formadores da FEC e os principais fatores motivacionais no desempenho das suas funções, e a perspetiva dos formandos/alunos após os seus processos de ensino e aprendizagem na FEC. Contudo, estas duas dimensões serão apenas apontadas brevemente, uma vez que carecem de uma maior amplitude de informadores para poderem ser aprofundadas.

1. Fundação Fé e Cooperação – FEC: missão, valores, objetivos, princípios e estratégias

A FEC é uma organização não-governamental para o desenvolvimento, de direito privado, fundada pela Igreja Católica em Portugal no ano de 1990; colabora com as Igrejas dos países de língua oficial portuguesa, competindo-lhe “contribuir para a realização e o incremento de ações de caráter cultural e educacional, procurando o desenvolvimento integral dos povos e a continuidade, valorização e consolidação dos laços religiosos, históricos e culturais mantidos desde há cinco séculos” (FEC, 2017, Estatutos, artigo 2.º). Declara como sua missão “Promover o Desenvolvimento Humano Integral com a visão de construirmos uma sociedade onde cada pessoa possa viver com dignidade e justiça” (FEC, Plano Estratégico 2017-2021, p. 13; FEC, Estatutos, artigo 2.º, 2017) e afirma guiar o seu trabalho por valores de Dignidade (de cada pessoa independentemente do género, origem

étnica, credo religioso, político ou estrato social) e de Justiça Social (partilha de bens e recursos e que cada pessoa deve ter as suas necessidades básicas asseguradas) (FEC, 2021 RELATÓRIO).

No seu Relatório de Atividades referente a 2021 (o mais recente disponível à data desta investigação), identifica cinco princípios de atuação e três linhas estratégicas.

Os princípios preconizados pela FEC são:

Tabela 2 – Princípios de atuação da FEC	
Participação	- cada pessoa deve ser protagonista de mudança;
Cidadania Global	- necessidade de corresponsabilidade entre cidadãos, que se traduza em solidariedade, mobilização social e em estilos de vida sustentáveis;
Parcerias & Redes	- só um trabalho conjunto de parceria e em rede pode conduzir ao desenvolvimento sustentável;
Sustentabilidade	- responsabilidade ambiental, social e económica é indispensável para assegurar um futuro comum;
Profissionalismo & Transparência	- estar ao serviço dos mais vulneráveis exige profissionalismo e transparência.

Fonte: adaptado de FEC, 2021, p. 4

No que respeita às linhas estratégicas, a primeira, “Educação, Conhecimento e Competências”, visa a qualificação e desenvolvimento de capital humano, considerando a educação como um direito humano fundamental

“[e]ssencial para o exercício de todos os direitos, enquanto base do desenvolvimento humano integral [a educação] é um pilar fundamental para a construção de sociedades mais justas e com maior equidade. É através da educação que surge o conhecimento e o desenvolvimento de competências necessárias para o acesso ao emprego e para o empreendedorismo, sendo assim possível gerar rendimentos, riqueza e inovação (FEC, 2021, p. 12).

A Formação de Agentes Educativos e o Reforço de Competências Profissionais são as áreas prioritárias, promovendo, transversalmente, os projetos desenvolvidos nesta linha de atuação a equidade de género e a educação inclusiva.

Boa Governação e Advocacia, a segunda linha estratégica, tem como objetivos contribuir para aumentar a qualificação das organizações e para o desenvolvimento de mais iniciativas de advocacia para a Justiça Social (FEC, 2016, Plano Estratégico 2017-2021).

Para políticas justas e inclusivas são necessários atores de desenvolvimento – públicos, privados e da sociedade civil – competentes e mobilizados para o bem comum. Por isso, promovemos iniciativas de advocacia para a Justiça Social. Muitos atores de desenvolvimento, de todos os quadrantes, apresentam fragilidades organizacionais no âmbito da gestão, governação, accountability ou ainda em áreas técnicas, sendo determinante apostar no reforço institucional para que o trabalho destes atores possa ter mais impacto (FEC, 2021, p. 20).

Tendo como áreas prioritárias Capacitação em Gestão, desenvolvimento de Assessorias Técnicas e Advocacia e Influência Política em rede, esta linha de atuação considera que “[a] qualidade da governação e gestão das organizações é determinante para que estas possam cumprir a sua missão de forma mais eficiente e impactante junto das comunidades” (FEC, Plano Estratégico 2017-2021, p. 33), sendo fundamental que as organizações reforcem competências nas suas áreas de intervenção, sejam eficazes na gestão e capazes de compatibilizar a ética com a eficiência.

No que respeita à advocacia e influência política em rede, a FEC considera que para que tenha impacto e seja “geradora de políticas mais justas e inclusivas, (...) é fundamental dar voz aos que sofrem, na primeira pessoa, as consequências da injustiça social” (FEC, Plano Estratégico 2017-2021, p. 33).

A terceira linha estratégica, Cidadania Global e Direitos Humanos, considera as interdependências da globalização e apela ao sentido do bem comum. Para a FEC a “corresponsabilização pelo planeta e pelo outro, em particular pelo mais vulnerável, são um compromisso que deve ser assumido por todos, permitindo que as gerações futuras possam usufruir das mesmas e de melhores condições de vida” (FEC, 2021, p. 28).

Apresenta como áreas prioritárias de atuação: Estilos de Vida Sustentáveis (estabelecendo a ligação entre justiça climática e justiça social, considerando que o acesso a recursos naturais e o ciclo de pobreza estão fortemente interligados); Direitos da Criança (alertando para a importância de defender e garantir Direitos da Criança, em muitas situações ainda negligenciados ou violados, como o direito aos cuidados, à educação, à alimentação, à

saúde e à proteção); Direito à Alimentação (Direito humano profundamente desigual à escala planetária); e Voluntariado para a transformação social (enquanto exercício de participação cívica, ancorado na gratuidade e na disponibilidade para o encontro com o outro, constituindo uma experiência formadora quer em termos humanos, espirituais ou ainda no que toca a competências) Plano Estratégico 2017-2021, pp. 35-36)

A FEC conta com uma equipa de profissionais que desenvolvem o seu trabalho em diferentes sectores, desenvolvendo projetos sustentáveis com impacto e com resultados transformadores das populações e da sociedade em geral. Sendo o seu objetivo promover uma sociedade mais justa, aposta no trabalho em parceria e em rede, nomeadamente no que respeita ao acesso à educação e à saúde (FEC, 2018). VER bibliografia

É membro de várias redes, tais como: plataforma portuguesa das ONGD, Confederação Portuguesa de Voluntariado e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Solidariedade. A FEC é reconhecida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros Português e pela União Europeia.

Como referiu a entrevistada Joana Santos, à data da realização da pesquisa, a FEC encontrava-se a desenvolver a sua ação em quatro países: Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e Portugal. Esta ONG atua na Guiné-Bissau desde o ano de 2001, desde sempre intervindo na área da educação encontrando-se, assim, há 21 anos com ligação ao sistema educativo do país. Tem, também, trabalhado na área da proteção social, concretamente no âmbito da proteção de crianças, e na área da cultura, no domínio do livro e do conhecimento intercultural.

Trabalhamos na formação e capacitação dos professores de todas as categorias, desde educadores de infância, professores do ensino primário, professores do ensino secundário e professores do ensino superior, diretores, inspetores e técnicos do MEN no domínio de organização e administração escolar, monitorização e avaliação. Por outro lado, temos agora projetos sobre dados estatísticos nas escolas. Trabalhamos na produção de conhecimentos (teses/dissertação) de Mestrados sobre esta área, caracterização do pré-escolar, investigação nestas múltiplas áreas: educação, proteção social e interculturalidade (Entrevistada Joana Santos, 2022).

A atividade da FEC na Guiné-Bissau tem sido predominantemente na área da educação e formação, com particular destaque para a capacitação de profissionais do setor.

A FEC é uma ONG que tem vindo a trabalhar em parceria com o MEN, é capaz de melhorar a nossa qualidade da educação sobretudo no domínio da formação dos professores não só no capital, mas sim, nas regiões. Também tem apoiado o INDE na reformulação dos programas (Entrevistado Garcia Bedeta, 2022)

Contudo, são muitos os projetos que esta ONG tem desenvolvido no país e que se enquadram nas diferentes linhas estratégicas anteriormente apresentadas.

A FEC tem diferentes projetos e opera em diferentes domínios da vida social (Educação, Saúde, Justiça, etc.). Na Educação, atua na formação e capacitação dos professores, diretores e demais agentes que intervêm no processo ensino-aprendizagem um pouco por todo o país (Entrevistado Lino Vaz, 2022).

Como veremos no ponto seguinte, estes projetos cruzam, muitas vezes, diferentes domínios de intervenção.

2. Projetos FEC na Guiné-Bissau: em curso e recentemente concluídos

A FEC, através da sua página, na ligação “o nosso trabalho na Guiné-Bissau”, que pode ser consultado em <https://www.fecong.org/o-nosso-trabalho/guine-bissau/>, identifica um conjunto de projetos que tem vindo a implementar em prol do desenvolvimento da educação e, da sociedade em geral, principalmente na intervenção comunitária, porque interagem diretamente com as comunidades. Sem a intenção de ser exaustivo, passamos a apresentar alguns desses projetos, com uma breve sinopse de cada um, em particular os que se encontram em curso, alguns dos quais na sua segunda fase.

Projetos FEC na Guiné-Bissau – em curso

Projeto IN | Escola Inclusiva

Área: Educação Inclusiva: qualidade da oferta e sustentabilidade.

Financiador: Caritas Alemã; parceiro Caritas Guiné-Bissau.

Data: De outubro de 2022 a setembro de 2023.

Objetivos: O projeto visa contribuir para inclusão social na Guiné-Bissau, através de serviços de qualidade no que concerne a educação inclusiva. Reforçar a capacidade pedagógica dos professores e técnicos, para serem capazes de dominar conteúdos científicos, também analisar os efeitos da sua ação educativa junto dos alunos nas escolas comunitárias. Ainda o projeto pretende dar apoio aos pais encarregados da educação e às próprias crianças nos seus processos de estudo.

PESIDE

Área: Planeamento, Estatísticas e Sistemas de Informação ao Serviço do Desenvolvimento da Educação.

Financiador: União Europeia e parceiro República da Guiné-Bissau, Ministério da Educação Nacional e Ensino Superior.

Datas: De maio de 2021 a novembro de 2026.

Objetivos: O projeto visa melhorar o desempenho dos serviços do Ministério da Educação da Guiné-Bissau baseando na implementação de gestão de um sistema de dados a nível nacional e trabalhar na divulgação anual estatística do Ministério da Educação Nacional e Ensino Superior da Guiné-Bissau em conjunto com os decisores nacionais e internacionais.

No Firma pa nô Dritus – Bolama (significa: vamos defender os nossos direitos - região de Bolama)

Área: Cidadania e Direitos Humanos

Financiador: Financiador União Europeia; Parceiros: Unidade Escolar Amílcar (UEAC); Ministério da Educação Nacional e Ensino Superior da Guiné-Bissau; Direção Regional de Educação de Bolama Bijagós.

Data: De setembro de 2020 a setembro de 2023.

Objetivo: a partir do setor de Educação na Ilha de Bolama, criar uma zona piloto de difusão de conhecimento, práticas de Direitos humanos e Cidadania.

Kumpo Tera di Mininesa (significa: construir a terra da Infância)

Área: Boa Governação para a Proteção Social da Criança – Fase II

Financiador: Misereor; Parceiros Caritas Guiné-Bissau, Republica da Guiné-Bissau Ministério da Mulher, Família e Coesão Social.

Datas: De setembro de 2020 a outubro de 2023.

Objetivo: O projeto visa contribuir para a coerência das políticas públicas de proteção social da criança e para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva.

PRECASE

Área: Programa de Reforço de Capacidades do Sistema Educativo da Guiné-Bissau.

Datas: de dezembro de 2019 a dezembro de 2023.

Financiador: Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal; parceiros: Ministério da Educação e Ensino Superior da Guiné-Bissau (MENES), Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Setúbal, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Objetivo: Este projeto pretende trabalhar na melhoria do sistema educativo da Guiné-Bissau, segundo formação de profissionais da área da educação para que haja uma educação de qualidade e da aprendizagem abrangendo o pré-escolar, o ensino básico e o ensino secundário.

Projetos FEC na Guiné-Bissau – concluídos (seleção dos mais recentes)

IN - Da institucionalização à inclusão

Área: Inclusão e justiça social

Financiador: Caritas Alemã; parceiro Caritas Guiné-Bissau.

Datas: De outubro de 2018 a setembro de 2021.

Objetivo: O projeto contribuiu para uma sociedade justa, inclusiva segundo prestação de serviços de qualidade na área da educação na Guiné-Bissau.

Nô cirbe nô povo (significa: vamos servir o nosso povo)

Área: Capacitação da Administração Local para o Desenvolvimento Económico e Social,

Financiador: União Europeia; parceiros: Governo da Região de Gabú (coordenador), Município de Santa Maria da Feira; outras entidades envolvidas: Governo da Região de Tombali, Ministério da Justiça, Direção Geral da Identificação Civil, Registo e Notariado.

Datas: de junho de 2018 a maio de 2021

Objetivo: O projeto trabalhou para melhorar as capacidades de planeamento, prestação de serviços públicos dos Governos das Regiões de Gabú, Tombali, também das Administrações setoriais, principalmente nos domínios da Educação e do Registo Civil.

Nô na cuida di nô vida, mindjer (significa: vamos cuidar da nossa vida, mulheres)

Área: Emancipação e direitos para meninas e mulheres na Guiné-Bissau.

Financiadores: Camões, I.P.; Kindermissionswerk; União Europeia. Parceiros: Associazione Mani Tese (Coordenador), Ente Nazionale Giuseppini del Murialdo (ENGIM), Gabinete de Estudos, Informação e Orientação Jurídica (GEIOJ), Rede Ajuda Cooperação e Desenvolvimento (RA).

Datas: De fevereiro de 2018 a janeiro de 2021.

Objetivo: Promover e garantir os direitos das meninas e mulheres da Guiné-Bissau.

Boa Governação e Transparência na Educação

Área: Políticas Educativas: Experiência Piloto entre Sociedade Civil e Estado na Região de Bafatá.

Financiadores União Europeia; parceiro Caritas Guiné-Bissau

Datas: De Janeiro de 2018 a Março de 2021.

Objetivo: promover a transparência e a credibilidade das políticas educativas no sentido da sua implementação na Guiné-Bissau.

PARSE - Programa de Apoio à Reforma do Sistema Educativo na Guiné-Bissau

Área: Aprendizagem ao longo da vida

Financiadores: Camões - Instituto da Cooperação e da Língua; parceiros: Ministério da Educação e Ensino Superior (MEES), Diocese de Bafatá, Diocese de Bissau.

Datas: De setembro de 2016 a agosto de 2020.

Objetivo: O projeto promoveu oportunidades adicionais de acesso a aprendizagem de qualidade ao longo da vida.

Programa Ensino de Qualidade em Português na Guiné-Bissau

Área: Educação de qualidade

Datas: De setembro de 2012 a agosto de 2016.

Financiadores e parceiros: ADPP, Câmara Municipal de Cascais, Camões Instituto da Cooperação e da Língua, Cáritas da Guiné-Bissau, Diocese de Bafatá, Diocese de Bissau, Fundação Calouste Gulbenkian, Ministério da Educação (e Direções Regionais de Educação), PLAN, União Europeia, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).
Objetivo: melhorar a qualidade e a equidade da educação na Guiné-Bissau e o português como segunda Língua.

Bambaran di mininu II (significa; “canguru”; é um instrumento para carregar/segurar as crianças nas costas)

Área: Observatório Nacional dos Direitos das Crianças na Guiné-Bissau.

Financiadores União Europeia, Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP;
Parceiro: Caritas da Guiné-Bissau.

Datas: De janeiro de 2015 a dezembro de 2017.

Objetivo: contribuir para a promoção do respeito efetivo dos direitos das crianças na Guiné-Bissau.

Cultura i nô balur (significa: a cultura é o nosso valor)

Área: Educação para a Cultura na Guiné-Bissau

Financiadores Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP, União Europeia, Misereor; Parceiros: Faculdade de Ciências de Educação da Universidade Católica da Guiné-Bissau (FCE-UCGB), Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IE-UL), Afetos com Letras ONGD, Associação de Escritores da Guiné-Bissau (AEGUI), Ente Nazionale Giuseppini del Murialdo (ENGIM).

Datas: De junho de 2016 a novembro de 2020.

Objetivo: Promover o património cultural guineense de um modo inclusivo e sustentável, favorecendo o acesso da população guineense a bens e serviços culturais.

Kumpu Tera di Mininesa (significa: construir a terra da infância)

Área: Boa Governação para a Proteção Social da Criança.

Financiadores: União Europeia, Misereor. Parceiros Cáritas Guiné-Bissau, Rede Ajuda Cooperação e Desenvolvimento (RA).

Datas: De junho de 2016 a maio de 2019.

Objetivo: Promover a coerência das políticas públicas de proteção social da criança e para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva.

Firkidja di Skola (significa segurança/suporte da escola)

Área: descentralização da gestão de dados de educação

Financiadores: União Europeia; Parceiros: Governo Regional de Gabú.

Datas: De março de 2015 a agosto de 2018

Objetivo: Contribuir para a reforma das políticas educativas visando a descentralização e o empoderamento das autoridades locais.

Como podemos constatar, a atuação da FEC na Guiné-Bissau passa pelo desenvolvimento de um conjunto diversificado de projetos e iniciativas que são transversais a diversas áreas. Além das atividades ligadas à educação formal em concreto e ao desenvolvimento do setor educativo do país, leva a cabo um conjunto de projetos de intervenção socioeducativa e comunitária tendo em vista o empoderamento das populações, nomeadamente crianças e mulheres.

De acordo com um dos representantes da FEC, os seus públicos são diversificados, sendo perspectiva da FEC

continuar a trabalhar e investir nestes públicos-alvo, que não são só os professores, mas também educadores, inspetores, técnicos de MEN, para capacitar os guineenses de modo a serem mais independentes e autónomos para liderar e contribuir para o país e melhorar todos os setores, seja de saúde, seja de educação (Entrevistado Nuno Tavares, 2022).

Como vimos em capítulos anteriores, a Guiné-Bissau enfrenta desafios significativos em diferentes áreas. Sem descurar os aspetos relativos ao acesso e à qualidade da educação, combate ao analfabetismo, às infraestruturas e à falta de materiais didáticos, a intervenção socioeducativa e comunitária desenvolvida envolve, também, programas relativos a questões de saúde, higiene e saneamento, contribuindo para a melhoria geral da saúde e do bem-estar nas comunidades (particularmente importante durante e após o período pandémico COVID 19).

Importa salientar que através dos programas e projetos desenvolvidos pelas OSC e pelas ONG, entre as quais a FEC, se trabalha na capacitação das comunidades no sentido de conseguirem identificar os seus próprios desafios e serem capazes de encontrar/procurar soluções para os mesmos.

Através da educação para a cidadania (que pode ser desenvolvida quer em contextos de educação formal, quer noutros contextos não formais) e promovendo o envolvimento ativo das comunidades, a intervenção comunitária fortalece a participação cívica e democrática, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, mais responsável e mais atenta a diferentes problemáticas – nomeadamente as questões relativas à igualdade de género, que afetam fortemente a sociedade guineense, sendo necessário trabalhar no sentido de aumentar a consciência das comunidades locais para a necessidade de respeitar e garantir o exercício pleno dos direitos das mulheres e combater a violência de género. Pode afirmar-se que, através de uma abordagem holística, que não se centra apenas na educação formal, em conjunto com os diferentes parceiros de cooperação e entidades financiadoras, a FEC desempenha um papel multifacetado e essencial na Guiné-Bissau. Agindo sobre diferentes desafios sociais e educacionais e capacitando as comunidades para a melhoria das suas condições de vida e construção de um melhor futuro.

3. O Papel da FEC no setor da Educação

Como já se viu anteriormente, a atuação da FEC na Guiné-Bissau passa por diversos âmbitos de atuação, embora com centralidade no setor da educação.

Nas palavras desta ONG,

A educação é um direito humano fundamental, sendo geradora de cidadania, desenvolvimento, paz e democracia. Essencial para o exercício de todos os direitos, enquanto base do desenvolvimento humano integral é um pilar fundamental para a construção de sociedades mais justas e com maior equidade (FEC, 2021, p. 12).

Desenvolve a sua ação em colaboração com diferentes entidades, sendo um parceiro fundamental do Ministério da Educação Nacional (MEN).

A relação da FEC com o MEN e a sua ação no setor da educação

Como nos explicaram os representantes da FEC na Guiné-Bissau, em entrevista, a relação entre a FEC e o MEN, é de parceria tendo sido firmado um acordo institucional no que respeita a intervenção e avaliação na área da educação, desenvolvendo a sua atividade em várias regiões do país, tendo um papel de conceção, gestão e implementação de programas e projetos, em associação com outros parceiros da cooperação e OSC.

A parceria da FEC com o MEN, é que o MEN é que orienta o que a FEC deve fazer, ou seja, qual é a necessidade como por exemplo, a formação dos professores é orientada pela necessidade do que o MEN aponta e as áreas de intervenção que são necessidades do plano setorial do MEN; porque na FEC não somos financiadores, somos implementadores (Entrevistada Joana Santos, 2022)

No entanto, as equipas da FEC também realizam diagnósticos de situação, com base nos quais são identificadas as necessidades e tomadas decisões quanto às prioridades da atuação. Estas prioridades, na área da educação, são definidas pelo MEN, enquadrando-se no plano de desenvolvimento setorial do ministério.

Na sequência dos estudos diagnósticos realizados, desenvolve capacitação dos professores de todas as categorias e ciclos de ensino-desde jardim-de-infância, ensino primário, ensino secundário, inspetores da educação e pessoal técnico do MEN. Presta apoio, também, nos domínios da organização e administração escolar, monitorização e da avaliação; tem, ainda, apoiado o INDE (Instituto Nacional e Desenvolvimento de Ensino) na reformulação dos programas escolares.

Por outro lado, atualmente a organização tem projetos sobre dados estatísticos nas escolas e trabalha na produção de conhecimento, nomeadamente apoiando a realização de dissertações de mestrados em múltiplas áreas: educação, proteção social e interculturalidade.

De acordo com a FEC (2005-2007), para implementar a Política de uma Educação Para Todos, o Ministério da Educação guineense conta com diversos parceiros sociais a nível nacional. Para esta ONG

a transformação passa por políticas de Educação que garantam qualidade e acesso aos mais pobres, a FEC tem apostado numa participação activa na definição de políticas através contributos técnicos ancorados num know-how efectivo da realidade local (que continua muitas vezes longe dos centros de tomada de decisão), associada a fortes competências técnicas no sector da Educação (FEC, 2005-2007, p. 4).

Conforme explicado em entrevista (Lino Vaz, 2002), trabalham de seguinte maneira: as sessões de formação são planificadas nos acompanhamentos (uma espécie de comissão de

estudos) uma vez por semana pelos formadores da mesma área curricular (Língua portuguesa e Matemática). Ora, de acordo com o calendário, as sessões de formação são implementadas pelos formadores de acordo com as planificações feitas ao longo dos acompanhamentos semanais.

As sessões de formação (os cursos) são organizadas por áreas. Por exemplo, neste momento, no domínio da educação, está em curso a implementação do projeto PRECASE (Programa de Reforço de Capacidade do Sistema Educativo da Guiné-Bissau) no qual estão a ser desenvolvidos dois cursos. Um na área curricular de língua portuguesa e outro na de Matemática. Os professores do Ensino Básico, do primeiro ciclo e do segundo ciclo com formação inicial estão a ser capacitados nestas duas áreas acima referida. Os manuais de formação são produzidos pelos técnicos de uma das universidades portuguesas de acordo com os programas curriculares usados no Ensino Básico. Depois os formadores de diferentes áreas, com a supervisão de um técnico formador responsável, planificam as sessões de formações que vão ser implementadas com o objetivo de capacitar e reciclar os professores que são públicos-alvo.

De salientar que a Guiné-Bissau não possui ainda um currículo nacional que regule todo o sistema educativo guineense. Por exemplo, não existe um programa curricular oficial no sistema educativo guineense. O que há é um currículo na fase experimental há mais de duas décadas.

Então, é com base nestes documentos que a FEC produz os manuais que depois vão ser usados pelos formadores nas sessões de formação. Ainda Nuno Tavares argumentou que a FEC apoia muito o MEN para com o nosso conhecimento de investigação nessas áreas acima mencionadas. No entanto, a metodologia do nosso trabalho tem um processo muito colaborativo e cooperativo, também quer os formadores quer os professores têm essa expertise de conhecer a realidade guineense.

Facto a salientar é o da equipa da FEC ser maioritariamente guineense, que trabalham na organização há já muito tempo, e que têm um conhecimento muito profundo do trabalho que é de se fazer ou que se faz; sendo locais, conhecem Guiné-Bissau, levam conhecimentos de fora para dentro da organização e, também, de dentro para fora.

No quadro da estratégia organizativa da Fundação, estes profissionais têm vindo a desenvolver as suas próprias capacidades, conhecimentos, competências e perfis. A FEC desenvolve capacitação externa para outros profissionais, mas também investe sinceramente nos seus recursos humanos.

Principais problemas do setor da educação na perspetiva da FEC

Relativamente a perceção que a FEC tem sobre os principais problemas do setor da educação na Guiné-Bissau, foram identificados a instabilidade política, os múltiplos governos, as greves constantes e o incumprimento dos calendários escolares; foram também apontadas questões de natureza geográfica, dificuldades no acesso a determinadas zonas e de circulação no país tendo em conta as condições das estradas e a falta de urbanização, conforme sistematiza o representante da FEC (Entrevistado Carlos Silva, 2022).

Segundo a FEC (2005-2007), “as disparidades de oportunidades de educação permanecem associadas a questões geográficas de acesso, ao contexto económico e sócio-cultural do agregado familiar da criança e questões educativas (p. 18).

Para esta ONG a rede escolar é geograficamente desigual; quanto maior for o afastamento de centros urbanos, menor é a oferta de uma escola e de ciclos completos de ensino. Consequentemente, “quanto mais distante for a escola, maior a probabilidade da criança não frequentar a escola ou não concluir o ciclo completo” (FEC, 2005-2007, p. 18).

O entrevistado Carlos Silva (2022) enfatiza que “não existem escolas suficientes para cobrir todas as regiões do país, há muitas crianças fora do sistema do ensino e o período escolar para os que estão a estudar é muito curto, quatro horas de aulas por dia não é suficiente”.⁸

É ainda referida a falta de cumprimento das orientações do MEN, bem como a falta de controlo de qualidade por parte do Estado.

Segundo a responsável da FEC, com a qual concordamos, “estes problemas não se ultrapassam com a FEC (nem com qualquer outra fundação) pois nenhuma organização pode cometer ingerência em questões de políticas internas de um país” (Entrevistada Joana Santos, 2022).

O antigo secretário de Estado de Ensino Superior, Garcia Bedeta, chama a atenção para um problema central, o do insucesso escolar, cujas causas residem, fundamentalmente na forma como tem sido desenvolvida a política geral do país e, em particular, a política educativa.

Aponta como grandes fragilidades do setor educativo:

⁸ Nota do autor: Por exemplo, horário das 7h00 às 11h00.

- Fatores socioculturais, relacionados com a necessidade de sensibilizar algumas etnias para a importância de as crianças frequentarem a escola (nalguns casos/regiões não é permitido às crianças frequentarem as escolas a fim de ajudar os pais fazer trabalhos de campo e pastoral para poder sustentar a casa, ou a família).
- Fatores organizacionais, nomeadamente no que respeita à necessidade de desenvolver reformas do curriculum escolar.
- Fatores relativos, a instabilidade política e governativa, com sucessivas mudanças dos técnicos da educação (Entrevistado Bedeta, 2022).

Referiu, ainda, o principal desafio se verifica depois da colocação dos professores que podem ser colocados no capital (Bissau), e nas regiões, onde ficam quase um ano sem salário, muitas vezes são ajudados pelas pessoas solidárias nas comunidades (principalmente os que são colocados nas regiões que não lhes pertencem).

Os entrevistados confirmam o que já se mencionou em capítulo anterior com base nos relatórios de entidades nacionais e internacionais: estes problemas são estruturais, requerendo uma reforma profunda do setor da educação e um investimento significativo por parte do Estado.

Oportunidades no sistema educativo guineense

De acordo com a representante da FEC, percebemos que a fragilidade do sistema educativo guineense é uma das oportunidades pela FEC de criar mais dinâmicas educativas, isto quer dizer permite-lhes implementar e testar novos métodos (Entrevistada Joana Santos, 2022). Esta entrevistada, também considera que a educação é um fator muito importante e que os guineenses (população, de um modo geral) valorizam a educação como grande potencial que pode contribuir para o crescimento e desenvolvimento do país.

Carlos Silva enfatiza, no entanto, que apesar dos inúmeros problemas (múltiplos governos, sucessivas greves), a FEC, continua sempre a trabalhar independentemente de quem lidera o país e, não obstante os tumultos que têm assolado a sociedade guineense, nunca parou de trabalhar em prol do desenvolvimento da educação e da sociedade.

O antigo Secretário de Estado de Ensino Superior salientou ainda que atualmente a Guiné-Bissau formou vários quadros nas diferentes áreas, o país tem universidades públicas e

privadas no capital como nas regiões, também a celebrar protocolo de cooperação no setor educativo com diferentes países (nomeadamente com Portugal e com o Brasil).

De acordo com Carlos Silva, percebemos que as perspectivas da FEC é continuar a trabalhar e investir nestes públicos-alvo que não são só os professores, mas também educadores, inspetores, técnicos de MEN de capacitar os guineenses de modo a serem mais independentes e autónomos para liderar e contribuir para o país e melhorar todos os setores seja de saúde seja de educação, e, tudo isso, é uma oportunidade para o país.

Ainda afirmou que a FEC oferece a formação contínua aos técnicos do MEN em função.

-Formação inicial dos técnicos/formadores com duração de (3) anos.

-Capacitação dos professores.

-Formação em gestão e administração escolar com duração de (2 ou 3) anos, variam

Há dois anos atrás (2020), um dos projeto da FEC “Parse” deu resposta a uma solicitação do MEN relativa a formação dos seus professores efetivos; a FEC ofereceu formações durante três anos e, em consequência, a maioria dos professores que eram do 6º ano após a formação subiram de grau e passaram a lecionar até ao 9º ano da escolaridade; este foi um requerimento do MEN, sendo, portanto, uma das oportunidades e vantagem da parceria com a FEC.

4. Condições de trabalho dos formadores da FEC e os principais fatores motivacionais no desempenho das suas funções

No que respeita a contratação dos seus colaboradores, a FEC abre concursos ou candidaturas, na sequência das quais faz seleção dos currículos e realiza entrevistas.

Os formadores são recrutados com base num concurso público rigoroso que segue diferentes etapas: documental, prova escrita e que termina com uma entrevista.

E só depois de tudo isso é que os formadores são selecionados e submetidos a capacitação antes de iniciarem com os trabalhos de formação dos professores. Só depois desta capacitação irão para o terreno, para dar a formação aos professores que são público-alvo. A prioridade da FEC na contratação dos colaboradores é de ter pessoas com experiência na área da educação e na formação dos adultos.

De acordo com o que foi possível compreender a partir da informação prestada pelos nossos interlocutores, a maior motivação dos formadores da FEC é o conhecimento, a aprendizagem constante e o crescimento dentro da própria organização-como por exemplo,

alguns formadores passaram a ser técnicos formadores e alguns técnicos formadores passaram a ser técnicos regionais, e assim sucessivamente.

A FEC tem uma matriz de evolução do seu trabalho, os técnicos desenvolvem o seu perfil profissional, perfil científico, perfil de competências digitais e da língua portuguesa, sendo raro que um técnico decida sair da organização, o que quando acontece normalmente deve-se encontrado desafios maiores contando, nesse caso, com apoio da FEC.

A salientar também, o facto de esta Fundação oferecer boas condições de trabalho e de diferentes incentivos (ajudas de custo de transporte, de dormida e de alimentação). Por outro lado, coloca a disposição dos formadores todos os matérias didáticos e pedagógicos necessários para a materialização da formação.

Um outro fator, pretende-se com a missão prosseguida pela Fundação de desenvolvimento humano integral, que todas as pessoas que trabalham na FEC sentem a própria missão, e nos casos dos guineenses estão a contribuir pelo seu próprio país que é muito importante.

5. Perspetiva dos formandos/alunos após os seus processos de ensino e aprendizagem com a FEC

De acordo com Domingos Cá, percebemos que a perspetiva dos formandos é de Fundação Fé e Cooperação FEC continuar a ministrar os cursos de capacitação dos professores, técnicos do MEN e formação continua. Ainda afirmou que estudar na FEC é um desafio, quer isto dizer aprendem muita coisa, sobretudo as temáticas desenvolvidas ou abordadas durante a formação. Por um lado, Cá argumentou que através da formação com a FEC conseguem melhorar, ou seja, aprender a nova estratégia de lecionar, também oferta das ferramentas ou matérias de lecionar (livros, gramáticas, dicionários...) que ajuda bastante na colmatação das dificuldades do trabalho do professor nas escolas públicas.

Segundo o entrevistado Lino, a FEC da formação de (8horas/dia), para o público-alvo (professores), que significa das 8horas as 16horas (todos os sábados), e oferecem dinheiro de transporte para os formandos durante os três (3) anos da formação, isto significa grande gesto para a promoção e o desenvolvimento da educação no país.

Em suma, através da formação com a FEC, a maioria dos professores melhoram as suas qualidades enquanto profissionais, ou seja, aprendem a nova estratégia de lecionar e melhoram ainda mais a comunicação na língua portuguesa.

Conforme Cá, percebemos que o Ministério da Educação Nacional toma em conta ou reconhecem certificado atribuído pela FEC e colocam formandos para trabalharem como

professores de novo ingresso, quer isto dizer após a formação na FEC, candidatam no concurso documental no Ministério da Educação Nacional. No entanto, entregam certificado do curso, carta de motivação, carta de pedido de emprego através do concurso documental.

Conclusão

Considerando os objetivos a que nos propusemos, consideramos ter sido possível chegar a resultados que nos permitiram mapear o setor da educação na Guiné-Bissau e conhecer o papel das ONG enquanto parceiros importantes que contribuem com as autoridades locais governamentais no objetivo de alcançar uma educação de qualidade e caminhar no sentido de atingir uma educação para todos.

Contudo, também ficou claro que estes objetivos estão ainda longe de ser alcançados, embora se tenham vindo a registar progressos.

Percebemos que o enfoque da FEC no desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau é sobre a intervenção comunitária e desenvolvimento comunitário.

A intervenção social responde aos princípios das mudanças sociais, animação sociocultural e o desenvolvimento comunitário; assim como da prática da educação desenvolvida pela FEC em parceria com o Ministério da Educação Nacional, tem grande impacto social e resultados positivos, quer na capital, quer em diferentes regiões da Guiné-Bissau.

Na perspetiva do Furtado, (2005), baseando no sistema social, percebe-se que o sistema educativo social é de mais importantes, de modo que a educação é sem dúvida uma das maiores preocupações principais da sociedade.

De acordo com a Constituição da República da Guiné-Bissau, no seu artigo número 16, ponto 2, o Estado considera a liquidação do analfabetismo como uma tarefa fundamental. Preocupação justificada pelos altos valores das taxas de analfabetismo, com uma população maioritária é analfabeto (58% da população).

Contudo, o Estado não conseguiu ainda ultrapassar os inúmeros constrangimentos existentes, embora se encontre a trabalhar nesse sentido com diferentes parceiros locais e internacionais.

As principais fragilidades encontradas no setor da educação, respeitam a falta de infraestruturas escolares, grandes assimetrias regionais, problemas muito significativos no que respeita a desigualdades de género, sendo uma sociedade muito penalizadora para meninas e mulheres.

Por outro lado, do ponto vista da organização do sistema educativo, existe necessidade de formação de quadros em administração e gestão escolar, existe a necessidade de desenvolver um estatuto da carreira docente que valorize o trabalho dos professores, lhes garanta condições de trabalho e que possa contribuir para diminuir a fraca motivação e grande insatisfação que sentem atualmente, resultando em sucessivas greves que põem em

causa o funcionamento do próprio setor educativo e que contribuem para uma fraca formação dos estudantes levando, mesmo, em conjunto com as outras fragilidades identificadas, ao abandono escolar.

Quanto aos nossos questionamentos centrais, nomeadamente o papel da FEC no desenvolvimento da Educação na Guiné-Bissau, foi possível perceber que este se revela da maior importância; quer no que respeita a formação contínua dos professores, em todos os níveis de ensino, como também na formação dos próprios técnicos do Ministério da Educação Nacional, diretores e inspetores em prol do desenvolvimento da Educação no país.

A acrescentar a uma situação socioeconómica frágil do país e de elevados índices de pobreza das famílias, outros constrangimentos identificados pela FEC, e mesmo na documentação oficial, referem-se a: instabilidade política; mudanças sucessivas do governo; greves constantes e incumprimento do calendário escolar.

Enquanto oportunidades, para a FEC as grandes fragilidades apontadas na Educação na Guiné-Bissau, aliadas ao facto do interesse da população pela educação, são o espaço de ação que lhes possibilita criar mais dinâmicas educativas e desenvolver um conjunto de programas e projetos, em parceria com atores locais, nacionais e internacionais (no âmbito de mecanismos de ajuda externa ao desenvolvimento), tendo como finalidade atingir uma educação de qualidade e caminhar para a generalização do acesso e da permanência das crianças e jovens na escola.

O trabalho desta ONG na Guiné-Bissau, intervindo na área da educação, já dista de há 21 anos desde o ano, desenvolvendo atividade no âmbito da formação e capacitação dos professores de técnicos, diretores de escolas e inspetores.

A par da implementação dos projetos, realiza estudos e diagnósticos, que permitem balizar a sua ação, monitorização e avaliação a evolução e os resultados das medidas que vão sendo desenvolvidas.

Em relação às condições de trabalho dos formadores da FEC e os principais fatores motivacionais no desempenho das suas funções, resultam do facto desta Fundação oferecer boas condições de trabalho, diferentes incentivos (ajudas de custo de transporte, de dormida e de alimentação). Por outro lado, coloca à disposição dos formadores todos os materiais didáticos e pedagógicos necessários para a materialização da formação.

Por outro lado, é apresentada como grande motivação pelos formadores da FEC o conhecimento, a aprendizagem constante e o crescimento dentro da própria organização; sendo, nomeadamente a possibilidade de progressão, como por exemplo, alguns

formadores passaram a ser técnicos formadores e alguns técnicos formadores passaram a ser técnicos regionais, e assim sucessivamente (a promoção na carreira).

Para terminar, de modo geral, ficou perceptível que a FEC desenvolve intervenção comunitária, sendo este um processo cujos objetivos se prendem com o facto de se criarem condições para melhorar a vida das populações.

Na nossa perspetiva, o papel da FEC para o desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau é muito importante tendo em conta o trabalho que tem sido a desenvolver junto do seu parceiro direto, nesse caso, o Ministério da Educação Nacional.

Referência bibliográficas

Albarello, L. (1997). Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais. Gradiva.

Álvares, M. & Estêvão, P. (2012). De que falamos quando falamos de Abandono Escolar Precoce.

https://www.researchgate.net/publication/262258532_De_que_falamos_quando_falamos_de_Abandono_Escolar_Precece

Araújo, P. F. E. (2020). Causas do abandono e insucesso escolar em Bissau, Guiné-Bissau: um estudo de caso. Universidade de Lisboa Dissertação de Mestrado. <http://hdl.handle.net/10451/48993>.

Banco Mundial (2021). Social Protection and Jobs Global Practice. West Africa Region. World Bank Document.

Bedeta, G. B (2013). 2º Ciclo de Estudos em Sociologia. Políticas Educativas na Guiné-Bissau. Faculdade de Letras. Universidade do Porto. Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/71824/2/28422.pdf>

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Porto Editora.

Branco, P.J. (2012). Insucesso Escolar e Autoconceito. Um estudo na área escolar da Maia. Universidade Fernando Pessoa: Porto. [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3786/1/Tese%20Joana%20Branco\(1\).pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3786/1/Tese%20Joana%20Branco(1).pdf)

Cá, V. J. B. (2015). Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9XCK5W>.

Camões, Instituto da Cooperação e da Língua. (2021). Programa Estratégico De Cooperação Portugal – Guiné-Bissau 2021-2025. https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/PEC_POR-GB_2021-2025_VF.pdf

- Canário, R. (2005). A escola e as “dificuldades de aprendizagem”. *Psic. da Ed.*, São Paulo, 21, 2º sem. de 2005, pp. 33-51. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n21/v21a03.pdf>
- Carvalho, C; Barreto. A, M; Barros, M.. (2017). Avaliação Externa à Intervenção da Cooperação Portuguesa no Setor da Educação (Pré-escolar, Básico e Secundário) na Guiné-Bissau (2009-2016). https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/relatedu_gbjul17.pdf
- Carvalho, A. L. & Maurício, A. (2012). ONG. In *Alfabeto do desenvolvimento: Conceitos, histórias, imagens.* (pp. 66-67). ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos.
- Castells, M. (2002). O novo paradigma do desenvolvimento e suas instituições: conhecimento, tecnologia da informação e recursos humanos. perspectiva comparada com referência à América Latina. Banco Nacional do Desenvolvimento. *Desafios do Crescimento – Desenvolvimento em Debate.* https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11936/1/O%20novo%20paradigma%20do%20desenvolvimento%20e%20suas%20instituicoes_P.pdf
- Cid, X. M.. (2009). Intervenção Comunitária e Práticas de Inclusão. *Saber & Educar.* 14. 10.17346/se.vol14.131. https://www.researchgate.net/publication/276458169_Intervencao_Comunitaria_e_Praticas_de_Inclusao
- Costa, A. F. (2012). Desigualdades Globais. *Sociologia, Problemas e Práticas.* Nº 68. p. 9-32. <https://journals.openedition.org/spp/650>.
- Djaló, Mamadú. (2009). A interferência do Banco Mundial na Guiné-Bissau: a dimensão da educação básica – 1980-2005. Florianópolis, BR. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92590/266080.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

- Estender, A. C. & Pitta, T. T. M. (2008). O Conceito do Desenvolvimento Sustentável. Revista Terceiro Setor. V.2.N.1. pp.22-28.
<http://revistas.ung.br/index.php/3setor/article/viewFile/399/484>
- Estevão, P. & Álvares, M. (2013). A medição e intervenção do abandono escolar precoce: desafios na investigação de um objeto esquivo. Instituto Universitário de Lisboa.
- FEC (2021). Relatório de Atividades. [RA_2021_VF.pdf \(fecong.org\)](#)
- FEC (2018). Somos FEC. Relatório de atividades.
<https://www.fecong.org/relatorio2018/quem-somos/>
- FEC (2017). Estatutos da Fundação Fé e Cooperação FEC.
https://www.fecong.org/sobre-nos/estatutos/?doing_wp_cron=1695978359.5350260734558105468750
- FEC (2016). Cinco crianças. Cinco direitos. Fundação Fé e Cooperação. Guião pedagógico. Edição 2.
https://www.fecong.org/wp-content/uploads/2021/11/Novo-maquete_5-criancas-5-direitos.pdf
- FEC (2005-2007). A arma da esperança na Guiné-Bissau: Educação para todos. FEC. (2005-2007). <https://www.fecong.org/pdf/publicacoes/armaEsperancaGB.pdf>
- FEC (20 Fundação Fé e Cooperação, Plano estratégico. (2017-2021).
https://www.fecong.org/pdf/planoEstrategicoFEC_2017_2021_PT.pdf
- Furtado, B. R. (2005), Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e Descontinuidades. Tese de Doutoramento em Ciência da Educação, Aveiro, Universidade de Aveiro.
<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/1098/1/2005001736.pdf>
- Gomes, F. (2014). Organismos internacionais no Apoio ao setor educativo na Guiné-Bissau: o caso do Programa Alimentar Mundial. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra.

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27522/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20em%20Sociologia.pdf>

Gaspar, A. (2002). A educação formal e a educação informal em ciências. Editora Cidade Cultura.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4044729/mod_resource/content/1/Texto%206%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20formal%20e%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20informal%20em%20ci%C3%A7ncias.pdf

Guerra, I., C. (2006). Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentido e formas de uso. Editora Principia.

Frantz, W. (2010). Sociologia do Desenvolvimento I. Editora UNIJUI.

<https://pt.scribd.com/document/517803558/FRANTZ-Sociologia-Do-Desenvolvimento-I>

INEC (2009). 3º recenseamento da População.

<http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01w6634600z>

Lei n.º 4/2010. Lei de Base do Sistema Educativo da Guiné-Bissau. publicada no Boletim Oficial n.º 13, de 29 de março de 2011

Lei n.º 66/98, de 14 de outubro. Estatuto das Organizações não Governamentais.

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/234902/details/maximized>

Lopes, L. S. L. (2014). A Lei de Bases do sistema educativo da Guiné-Bissau: uma análise do processo de construção política. Universidade de Aveiro. Dissertação de Mestrado. <http://hdl.handle.net/10773/13778>

Martins, G. A. (2008). Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisa no Brasil. *Revista De Contabilidade E Organizações*, 2(2), 9-18. <https://doi.org/10.11606/rco.v2i2.34702>

Martins, S. H. (2017). Insucesso Escolar-Prevenção e Intervenção na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico. Mestrado em Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico. Escola Superior de Educação de Paula Frassinette.

<https://1library.org/document/zk38lw4y-insucesso-escolar-prevencao-intervencao-educacao-escolar-ensino-basico.html>

Monteiro, J. J. H. (2005). A educação na Guiné-Bissau. Bases para uma estratégia setorial renovada.

https://www.relaappe.fe.unicamp.br/pf-relaappe/monteiro_jj_huco_2005.pdf

Medina, C.L. (2011). Manual Básico de Direitos das Crianças. AMIC-Associação dos Amigos das Crianças (Guiné-Bissau) com ACEP- Associação para a Cooperação entre os Povos (Portugal).

https://fecongnd.org/pdf/crianca/Manual%20Basico%20DireitosCrianças_AMIC.pdf

Moreira, N. S. (2012). A avaliação da formação: reflexões a partir de um estudo de caso. Instituto de educação. Universidade de Minho.

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/24174/1/S%C3%ADlvia%20Neves%20Moreira.pdf>

Ministério da Educação Nacional. Lei de Base do Sistema Educativo da Guiné-Bissau.

<https://fecongnd.org/pdf/crianca/LeiBasesSistemaEducativo.pdf>

ONU (2023). Relatório Anual Guiné-Bissau. Relatorio Anual dos Resultados da ONU 2022.pdf (un.org)

ONU. (2022). Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável para Guiné-Bissau. UNSDCF 2022-2026 Portuguese Version FINAL03-07-2022

ONU (1987). Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future.

<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>

Parlamento Europeu (2011). Reducing early school leaving in the EU. Directorate General for Internal Policies. Policy Department: structural and cohesion policies. https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2011/460048/IPOL-CULT_ET%282011%29460048%28SUM01%29_EN.pdf

Pereira, B. A., Schaber, S. & Schinaia, G. (2020). A new Market Information System may mitigate the impact of the COVID-19 pandemic on farm-gate prices for cashew producers in Guinea-Bissau. *Cepr.org*, Sept. 16.
https://pedl.cepr.org/sites/default/files/C19%206750%20PereiraSchaberSchinaia_new.pdf

Portal do impacto. (2021). Como surgiram as ONGs no mundo.
<https://www.portaldoimpacto.com/como-surgiram-as-ongs-no-mundo>

Politize. (2017). Participação e Cidadania. O que são ONG.
<https://www.politize.com.br/ong-o-que-e/>

Ponte, J. P. (2006). O estudo de caso na investigação em educação matemática.
<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15460.pdf>

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva

República da Guiné-Bissau (2022). Exame Voluntário Nacional.
<https://guineabissau.un.org/sites/default/files/2022-07/Examen%20National%20Volontaire%20Guinee%20Bissau%20Version%20Finale%206%20Juin%202022%20fr%20%282%29%20pt-PT.pdf>

República da Guiné-Bissau (2018). Constituição da República da Guiné-Bissau.
https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf

UNDP (United Nations Development Programme), (2022). Relatório do Desenvolvimento Humano 2021-2022. Tempos incertos, vidas instáveis. Construir o futuro num mundo em transformação. [hdr2021-22overviewptpdf.pdf \(undp.org\)](#)

UNDP (United Nations Development Programme). (2023). Global Multidimensional Poverty Index (MPI): Unstacking global poverty: Data for high impact action. New York. <https://hdr.undp.org/content/2023-global-multidimensional-poverty-index-mpi#/indicies/MPI>

União Europeia (2016). Roteiro da UE para um compromisso com a sociedade civil na Guiné-Bissau (2016-2020). https://www.eeas.europa.eu/node/15762_en

UNICEF (s.d.). Convenção sobre os Direitos da Criança.
<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>.

Santos, S. B. Catedrático da universidade de Coimbra fala sobre história dos direitos humanos e democracia. <https://www.youtube.com/watch?v=I-vERfaN4sI>

Santos, S. B. Falando sobre direitos humanos, Gramado/RS, 2012.
<https://www.youtube.com/watch?v=L3OFA-15Udk>

Samagaio, F. (2000). Desenvolvimento: uma nação entre o imaginário e a realidade.
<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1469.pdf>

Significado da ONG. <https://www.significados.com.br/ong/>

Tchuda, L. D. (2000 a 2017). As contribuições da comunidade internacional no ensino guineense.
file:///C:/Users/Utilizador/Desktop/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20documentos/2020_artigo_danielTchuda.pdf

UNESCO. (2009-2015). Melhoria da qualificação de professores e implementação de gestão de resultados de aprendizagem na Guiné-Bissau.

<https://silo.tips/download/melhoria-da-qualificacao-de-professores-e-implementacao-de-gestao-de-resultados-de>

UNICEF (2021). Guiné-Bissau Educação. Fichas Técnicas.

<https://data.unicef.org/wp-content/uploads/2021/12/Guinea-Bissau-Education-Fact-Sheet-2018.pdf>

UNICEF: contribuir para a Educação de qualidade para menina e rapazes na Guiné-Bissau.

<https://www.unicef.org/guineabissau/pt/educa%C3%A7%C3%A3o>

UNICEF: para cada criança. <https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef>

Vianna, C. E. S. (2007). Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira.

<https://pt.scribd.com/document/84865486/evolucao-historica-do-conceito-de-educacao-1>

Yin, R. K. (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos. 2ª Ed. Editora Bookman.

<https://hmd.adm.br/ebooks/C003.pdf>

Anexos

Anexo 1 – Guiões de entrevista

Guião de entrevista semiestruturada- (pessoais da FEC)

Instituição: Instituto Politécnico de Santarém, Portugal (Escola Superior da Educação).

Curso: Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária (MESIC)

Tema: O papel da Fundação Fé e Cooperação FEC no desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau: um estudo de caso.

Entrevistado (a): Joana Santos e Carlos Silva

Objetivo geral: Pretende-se com esta pesquisa, a partir de estudo de um caso- a FEC, conhecer os principais problemas do ensino da educação na Guiné-Bissau: conhecer as formas de intervenção desenvolvidas na área educativa pela FEC, os principais constrangimentos e oportunidades tendo em vista promover uma educação de qualidade.

Data e Hora: 20/05/2022 (10h00)

Blocos	Objetivos específicos	Questões	Respostas	Observações
Bloco A				
Legitimação da entrevista.	Legitimar a entrevista.	--Informar o/a entrevistado/a sobre o trabalho que estou desenvolvendo. --Solicitar a colaboração da mesma para a continuação do trabalho. --Agradecer e explicar que a sua entrevista será muito importante na construção da minha dissertação.		Tempo médio: 90min
Motivação da entrevista	Motivar a			

	Entrevista.	--Garantir a confidencialidade dos dados e o anonimato da entrevista. --Solicitar a autorização para gravação de áudio da entrevista.		
Bloco B Histórico da FEC	-Identificar junto da ONG FEC- Guiné Bissau de que forma tem desenvolvido a sua ação no domínio da educação no país.	1-Pode me falar do histórico da FEC? 2-Importa de me falar da parceria da FEC com o Ministério da educação nacional (MEN)? 3- Qual tem sido o papel da FEC no desenvolvimento do setor educativo da Guiné-Bissau?		
Bloco C Conhecer as condições motivacionais da FEC.	-Conhecer as condições de trabalho dos formadores da FEC e os principais fatores motivacionais no	1-Pode me informar como é que a FEC faz a contratação dos formadores para trabalhar na área da educação? 2-De que forma fazem recrutamento		

	desempenho das suas funções.	para trabalhar com a FEC? 3- Do seu conhecimento, quais são as condições motivacionais dos vossos formadores?		
Bloco D Saber dos obstáculos da FEC na Guiné-Bissau.	Compreender os principais problemas do ensino da educação junto da ONG FEC.	1- Pode-me explicar quais são os principais problemas que a FEC tem encontrado durante o processo de desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau? 1.1--E quais as principais potencialidade e oportunidades que a FEC identifica? 2- De que forma é que a FEC tem ultrapassado os problemas com que se defronta?		

<p>Bloco E</p> <p>Histórico Educacional e profissional sobre os formandos/alunos da FEC.</p>	<p>-Conhecer a perspectiva dos formandos após os seus processos de ensino e aprendizagem com a FEC.</p>	<p>1-Importa de me explicar quais são as perspectivas da FEC em relação aos seus formandos?</p> <p>2- Em que áreas a FEC oferece a formação e quantos anos?</p> <p>3-Depois da conclusão do curso/formação, qual é o grau que atribuem os vossos formandos?</p> <p>4- Qual é a influência da FEC para empregar os formandos no mercado de trabalho?</p>		
---	---	---	--	--

<p>Bloco F</p> <p>Caraterizar sócio demograficamente</p>	<p>Sexo:</p> <p>Idade:</p> <p>Formação:</p> <p>Profissão/Função:</p>	<p>1-Constatar durante a entrevista.</p> <p>2-Perguntar o entrevistado.</p> <p>3-Perguntar o entrevistado.</p> <p>4-Perguntar o entrevistado.</p>		
		<p>Gostaria de acrescentar alguma coisa? Algo que eu não tenha perguntado e que pense que é importante?</p> <p>AGRADECER NOVAMENTE</p>		

Guião de entrevista semiestruturada- (pessoais do Ministério da Educação Nacional)

Instituição: Instituto Politécnico de Santarém, Portugal (Escola Superior da Educação).

Curso: Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária (MESIC)

Tema: O papel da Fundação Fé e Cooperação FEC no desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau: um estudo de caso.

Entrevistado (a): Garcia Bifa Bedeta

Objetivo geral: Pretende-se com esta pesquisa, a partir de estudo de um caso- a FEC, conhecer os principais problemas do ensino da educação na Guiné-Bissau: conhecer as formas de intervenção desenvolvidas na área educativa pela FEC, os principais constrangimentos e oportunidades tendo em vista promover uma educação de qualidade.

Data e Hora: 27/05/2022 (12h00)

Blocos	Objetivos específicos	Questões	Respostas	Observações
Bloco A				
Legitimação da entrevista.	Legitimar a entrevista.	--Informar o/a entrevistado/a sobre o trabalho que estou que estou desenvolvendo. --Solicitar a colaboração da mesma para a continuação do trabalho. --Agradecer e explicar que a sua entrevista será muito importante na construção da minha dissertação.		Tempo médio: 60min
Motivação da entrevista	Motivar a Entrevista.	--Garantir a confidencialidade dos dados e o anonimato da entrevista.		

		--Solicitar a autorização para gravação de áudio da entrevista.		
Bloco B Histórico da FEC	-Identificar junto da ONG FEC- Guiné Bissau de que forma tem desenvolvido a sua ação no domínio da educação no país.	1-Pode me abordar sobre a intervenção da FEC no domínio da educação no país? 2-Qual é a relação existente entre a FEC e o Ministério da Educação Nacional?		
Bloco C Conhecer as condições motivacionais da FEC.	-Conhecer as condições de trabalho dos formadores da FEC e os principais fatores motivacionais no desempenho das suas funções.	1-Qual é o procedimento da colocação dos formandos da FEC no aparelho de estado? 2- Do seu conhecimento, quais são as condições motivacionais dos professores no que concerne o desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau?		
Bloco D	- Compreender os principais problemas do	1- Gostaria de lhe perguntar quais são os principais constrangimentos ou		

<p>Saber dos obstáculos da FEC na Guiné-Bissau.</p>	<p>ensino da educação junto da ONG FEC.</p>	<p>dificuldades para o desenvolvimento da educação?</p> <p>2- Quais são as potencialidades pontos fortes e oportunidades no domínio da educação no país?</p>		
<p>Bloco E</p> <p>Histórico Educacional e profissional sobre os formandos/alunos da FEC.</p>	<p>-Conhecer a perspectiva dos formandos após os seus processos de ensino e aprendizagem com a FEC.</p>	<p>1-Tenho a informação de que a FEC tem estado a formar quadros técnicos da educação: pode-me esclarecer sobre este assunto?</p> <p>2- Pode-me explicar qual é a política do MEN junto da FEC no processo de formação dos quadros do MEN?</p> <p>3--Qual é a influência do MEN em relação a colocação dos formandos da FEC?</p>		

<p>Bloco F</p> <p>Caraterizar sócio demograficamente</p>	<p>Sexo:</p> <p>Idade:</p> <p>Formação:</p> <p>Profissão/Função:</p>	<p>1-Constatar durante a entrevista.</p> <p>2-Perguntar o entrevistado.</p> <p>3-Perguntar o entrevistado.</p> <p>4-Perguntar o entrevistado.</p>		
		<p>Gostaria de acrescentar alguma coisa? Algo que eu não tenha perguntado e que pense que é importante?</p> <p>AGRADECER NOVAMENTE</p>		

Guião de entrevista semiestruturada- (formador da FEC)

Instituição: Instituto Politécnico de Santarém, Portugal (Escola Superior da Educação).

Curso: Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária (MESIC)

Tema: O papel da Fundação Fé e Cooperação FEC no desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau: um estudo de caso.

Entrevistado (a): Lino Vaz

Objetivo geral: Pretende-se com esta pesquisa, a partir de estudo de um caso- a FEC, conhecer os principais problemas do ensino da educação na Guiné-Bissau: conhecer as formas de intervenção desenvolvidas na área educativa pela FEC, os principais constrangimentos e oportunidades tendo em vista promover uma educação de qualidade.

Data e Hora: 10/06/2022 (11h00)

Blocos	Objetivos específicos	Questões	Respostas	Observações
Bloco A				Tempo médio: 45m
Legitimação da entrevista.	Legitimar a entrevista.	--Informar o/a entrevistado/a sobre o trabalho que estou que estou desenvolvendo. --Solicitar a colaboração da mesma para a continuação do trabalho. --Agradecer e explicar que a sua entrevista será muito importante na construção da minha dissertação.		
Motivação da entrevista	Motivar a Entrevista.	--Garantir a confidencialidade dos		

		<p>dados e o anonimato da entrevista.</p> <p>--Solicitar a autorização para gravação de áudio da entrevista.</p>		
<p>Bloco B</p> <p>Histórico da FEC</p>	<p>-Identificar junto da ONG FEC-Guiné Bissau de que forma tem desenvolvido a sua ação no domínio da educação no país.</p>	<p>1- Gostaria que me falasse um pouco sobre a formação dada pela FEC. (De que forma trabalham, como organizam os cursos?)</p> <p>2-Qual é o currículo (Portugal/Guiné-Bissau), que utilizam para dar a formação na FEC?</p>		
<p>Bloco C</p> <p>Conhecer as condições motivacionais da FEC.</p>	<p>-Conhecer as condições de trabalho dos formadores da FEC e os principais fatores motivacionais no desempenho das suas funções.</p>	<p>1- Importa-se de me dizer qual é o tipo de vínculo de trabalho que tem com a FEC enquanto professor/formador?</p> <p>2-Gostaria que me dissesse como se processa a entrada na FEC como professor?</p> <p>3-Pode falar-me um pouco sobre as condições</p>		

		<p>motivacionais dos professores?</p> <p>4- E sobre as condições do trabalho?</p>		
<p>Bloco D</p> <p>Saber dos obstáculos da FEC na Guiné-Bissau.</p>	<p>- Compreender os principais problemas do ensino da educação junto da ONG FEC.</p>	<p>1- A FEC oferece formação em que áreas científicas?</p> <p>2-Quais são os motivos de a FEC para oferecer formações nessas áreas?</p>		
<p>Bloco E</p> <p>Histórico Educacional e profissional sobre os formandos/alunos da FEC.</p>	<p>-Conhecer a perspectiva dos formandos após os seus processos de ensino e aprendizagem com a FEC.</p>	<p>1-Depois da formação com os formandos, como decorre a sua entrada no mercado de trabalho?</p> <p>2. Existem alguns procedimentos específicos para o mercado de trabalho?</p>		

<p>Bloco F</p> <p>Caraterizar sócio demograficamente</p>	<p>Sexo:</p> <p>Idade:</p> <p>Formação:</p> <p>Profissão/Função:</p>	<p>1-Constatar durante a entrevista.</p> <p>2-Perguntar o entrevistado.</p> <p>3-Perguntar o entrevistado.</p> <p>4-Perguntar o entrevistado.</p>		
		<p>Gostaria de acrescentar alguma coisa? Algo que eu não tenha perguntado e que pense que é importante?</p> <p>AGRADECER NOVAMENTE</p>		

Guião de entrevista semiestruturada- (Aluno/formando da FEC)

Instituição: Instituto Politécnico de Santarém, Portugal (Escola Superior da Educação).

Curso: Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária (MESIC)

Tema: O papel da Fundação Fé e Cooperação FEC no desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau: um estudo de caso.

Entrevistado (a): Domingos A.A. Cá

Objetivo geral: Pretende-se com esta pesquisa, a partir de estudo de um caso- a FEC, conhecer os principais problemas do ensino da educação na Guiné-Bissau: conhecer as formas de intervenção desenvolvidas na área educativa pela FEC, os principais constrangimentos e oportunidades tendo em vista promover uma educação de qualidade.

Data e Hora: 16/06/2022 (09h00)

Blocos	Objetivos específicos	Questões	Respostas	Observações
Bloco A				
Legitimação da entrevista.	Legitimar a entrevista.	--Informar o/a entrevistado/a sobre o trabalho que estou desenvolvendo. --Solicitar a colaboração da mesma para a continuação do trabalho. --Agradecer e explicar que a sua entrevista será muito importante na construção da minha dissertação.		Tempo 45 minutos
Motivação da entrevista	Motivar a Entrevista.	--Garantir a confidencialidade dos		

		<p>dados e o anonimato da entrevista.</p> <p>--Solicitar a autorização para gravação de áudio da entrevista.</p>		
Bloco B				
Histórico da FEC	-Identificar junto da ONG FEC- Guiné Bissau de que forma tem desenvolvido a sua ação no domínio da educação no país.	<p>1-Pode me falar do seu processo de aprendizagem na FEC? Como é estudar na FEC?</p> <p>2- Importa de me falar sobre os principais constrangimentos que tem sentido ao longo da sua formação na FEC?</p> <p>3. E em relação a oportunidades ou pontos fortes durante a formação com a FEC?</p>		
Bloco C				
Conhecer as condições motivacionais da FEC.	-Conhecer as condições de trabalho dos formadores da FEC e os principais fatores motivacionais no desempenho das suas funções.	1-Sabe dizer-me como é que o Ministério da Educação Nacional (MEN) faz a contratação dos professores depois da formação na FEC?		

<p>Bloco D</p> <p>Saber dos obstáculos da FEC na Guiné-Bissau.</p>	<p>-Compreender os principais problemas do ensino da educação junto da ONG FEC.</p>	<p>1- Gostaria que me falasse um pouco sobre quais são os principais desafios depois da vossa colocação no MEN?</p>		
<p>Bloco E</p> <p>Histórico Educacional e profissional sobre os formandos/alunos da FEC.</p>	<p>-Conhecer a perspectiva dos formandos após os seus processos de ensino e aprendizagem com a FEC.</p>	<p>1-Quais são as disciplinas que lecionam depois da formação?</p> <p>2 – Quais acha que são os principais desafios que enfrenta após a formação e a entrada no mercado de trabalho?</p>		
<p>Bloco F</p> <p>Caraterizar sócio demograficamente</p>	<p>Sexo:</p> <p>Idade:</p> <p>Formação:</p> <p>Profissão/Função:</p>	<p>1-Constatar durante a entrevista.</p> <p>2-Perguntar o entrevistado.</p> <p>3-Perguntar o entrevistado.</p>		

		4-Perguntar o entrevistado.		
		Gostaria de acrescentar alguma coisa? Algo que eu não tenha perguntado e que pense que é importante? AGRADECER NOVAMENTE		

Anexo II – Entrevistas (síntese de respostas)

1-Entrevista com Joana Santos, mulher com 52 anos de idade, representante da FEC na Guiné-Bissau, licenciada em ciências da educação e mestrado em administração escolar.

2-Entrevista com Carlos Silva, homem com 43 anos de idade, gestor do projeto do PRECASE na Guiné-Bissau, licenciado em ciências da educação.

Guião de entrevista semiestruturada- (FEC)

Instituição: Instituto Politécnico de Santarém, Portugal (Escola Superior da Educação).

Curso: Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária (MESIC)

Tema: O papel da Fundação Fé e Cooperação FEC no desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau: um estudo de caso.

Entrevistado (a):

Objetivo geral: Pretende-se com esta pesquisa, a partir de estudo de um caso- a FEC, conhecer os principais problemas do ensino da educação na Guiné-Bissau: conhecer as formas de intervenção desenvolvidas na área educativa pela FEC, os principais constrangimentos e oportunidades tendo em vista promover uma educação de qualidade.

Data e Hora: 20/05/2022 (10h00)

Blocos	Objetivos específicos	Questões	Respostas	Observações
Bloco A Legitimação da entrevista.	Legitimar a entrevista.	--Informar o/a entrevistado/a sobre o trabalho que estou desenvolvendo. --Solicitar a colaboração da mesma para a continuação do trabalho.		Tempo médio: 90min

<p>Motivação da entrevista</p>	<p>Motivar a Entrevista.</p>	<p>--Agradecer e explicar que a sua entrevista será muito importante na construção da minha dissertação. --Garantir a confidencialidade dos dados e o anonimato da entrevista. --Solicitar a autorização para gravação de áudio da entrevista.</p>		
<p>Bloco B Histórico da FEC</p>	<p>-Identificar junto da ONG FEC- Guiné Bissau de que forma tem desenvolvido a sua ação no domínio da educação no país.</p>	<p>1-Pode me falar do histórico da FEC? 2-Importa de me falar da parceria da FEC com o Ministério da educação nacional (MEN)? 3- Qual tem sido o papel da FEC no desenvolvimento do setor educativo da Guiné-Bissau?</p>	<p>1-CP-A FEC é uma organização mais antiga que o período que esta na Guiné-Bissau nasceu na década de 1990, mas esta na Guiné-Bissau desde 2001. Neste momento a FEC atua em (4) países, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e Portugal. Na Guiné-Bissau começamos por Trabalhar na educação e somos muito conhecidos, com duração de 21 anos no sistema educativo da Guiné-Bissau. Entretanto, somos sempre orientados pelo MEN também temos trabalhado na</p>	

			<p>área de proteção social, onde temos muita experiência e também já trabalhamos na área de cultura “A FEC atua em três (3) áreas: educação, proteção social (proteção das crianças) e na Cultura (nos âmbitos dos livros e conhecimentos intercultural”.</p> <p>Trabalhamos na formação e capacitação dos professores de toda a categoria, desde educadores da infância, professores do ensino primária, professores do ensino secundário e professores do ensino superior, diretores, inspetores e técnicos do MEN no domínio de organização e administração escolar, monitorização e avaliação.</p> <p>Por outro lado, temos agora projetos sobre dados estatísticos nas escolas.</p> <p>Trabalhamos na produção de conhecimentos (teses/dissertação) de Mestrados sobre esta área, caraterização do pré-escolar, investigação nestas múltiplas áreas: educação, proteção social e interculturalidade.</p>	
--	--	--	---	--

			<p>Apoiamos muito o MEN para com o nosso conhecimento de investigação nessas áreas acima mencionadas. A metodologia do nosso trabalho tem um processo muito colaborativo e cooperativo, também quer os formadores quer os professores têm essa expertise de conhecer a realidade guineense.</p> <p>2-CP-A parceria da FEC com o MEN, é que o MEN é que orienta o que a FEC deve fazer, ou seja, qual é a necessidade como por exemplo, a formação dos professores é orientada pela necessidade de que o MEN aponta e as áreas de intervenção que são necessidades do plano setorial do MEN, porque a FEC não somos financiadores, somos implementadores.</p> <p>3-NT-A FEC através dos estudos/diagnósticos, faz capacitação dos professores de toda a categoria, desde</p>	
--	--	--	---	--

			<p>jardim, ensino primário, ensino secundário, inspetores da educação e técnicos do MEN.</p> <p>3-CP- O contributo pode ser apoio efetivo, conhecedor e temos muita experiência.</p> <p>Este trabalho é posto a exposição do MEN, portanto somos mais um parceiro como em todos os outros países existem parceiro da sociedade civil, portanto nos fomos e somos reconhecidos como tal. A nossa equipa é maioritariamente guineense, e esses guineenses trabalham connosco há anos e estão cada vez mais fortes em termos de conhecimentos, competências e perfis, investimos sistematicamente.</p> <p>A FEC é uma organização que investe muito nos seus recursos humanos. No entanto, todos os técnicos que estão a trabalhar connosco sendo patriotas ou nacionais têm um conhecimento muito profundo do trabalho que é de fazer ou que se faz.</p>	
--	--	--	--	--

			<p>Falamos de patriotas porquê?</p> <p>Porque podem trazer conhecimentos de fora e também pode acontecer que conhecem e levar o conhecimento da Guiné-Bissau que é muito importante. Enquanto os nacionais estão cada vez mais robustos de conhecimentos e podem servir melhor o sistema educativo. Temos formadores que trabalham connosco durante (8) anos.</p>	
<p>Bloco C</p> <p>Conhecer as condições motivacionais da FEC.</p>	<p>-Conhecer as condições de trabalho dos formadores da FEC e os principais fatores motivacionais no desempenho das suas funções.</p>	<p>1-Pode me informar como é que a FEC faz a contratação dos formadores para trabalhar na área da educação?</p> <p>2-De que forma fazem recrutamento para trabalhar com a FEC?</p> <p>3- Do seu conhecimento, quais são as condições motivacionais dos vossos formadores?</p>	<p>½-CP- A FEC não faz contratação dos professores do sistema educativo para trabalhar no seu sistema educativo. A FEC faz contratação dos técnicos/formadores. Como é que contratamos os nossos técnicos/formadores? É igual par todas as áreas abrimos concurso ou abertura de candidaturas, depois fazer seleção dos currículos e entrevistas. No entanto, a FEC faz contratação dos formadores que até podem ser professores e da formação. Depois vão ao</p>	

			<p>terreno dar formação aos professores que são público-alvo. A prioridade da FEC na contratação é de ter uma pessoa que tem a experiência na área da educação e na formação dos adultos.</p> <p>3-NT-A maior motivação dos nossos formadores é o conhecimento e a aprendizagem constante e o crescimento dentro da própria organização, com por exemplo, alguns formadores passaram a ser técnicos formadores e alguns técnicos formadores a ser técnicos regionais assim sucessivamente.</p> <p>A FEC tem uma matriz da devolução, as pessoas são convidadas a crescer dentro da própria organização e reconhecido extremamente. Portanto, quem trabalha na FEC agarra essa oportunidade e a segunda coisa, a nossa missão é o desenvolvimento humana integral todas as pessoas que trabalham na nossa organização sentem a própria missão, e nos casos dos</p>	
--	--	--	---	--

			<p>guineenses estão a contribuir pelo seu próprio país que é muito importante. A FEC faz com que os técnicos crescem com o domínio do perfil profissional, perfil científico, perfil de competências digitais e língua portuguesa, em todos os níveis fazemos crescer os nossos técnicos. Por outro lado, quando um técnico decidir sair da organização que é muito raro é porque tem desafios mais gigante e ajudamos/facilitamos.</p>	
<p>Bloco D</p> <p>Saber dos obstáculos da FEC na Guiné-Bissau.</p>	<p>Compreender os principais problemas do ensino da educação junto da ONG FEC.</p>	<p>1- Pode-me explicar quais são os principais problemas que a FEC tem encontrado durante o processo de desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau?</p> <p>1.1--E quais as principais potencialidade e oportunidades que a FEC identifica?</p> <p>2- De que forma é que a FEC tem ultrapassado os</p>	<p>1-NT-Os principais problemas que a FEC tem encontrado é a instabilidade política, múltiplos governos, educação sobretudo, greves constantes e incumprimentos dos calendários escolares e o aspeto geográfico também, quer isto dizer o acesso de movimentação a nível do país é complexo e duro. Não existe escolas suficientes há muitas crianças fora do sistema do ensino e o percurso escolar para aqueles que estão é muito curto (4 horas de aulas por dia não é</p>	

		<p>problemas com que se defronta?</p>	<p>suficiente), há falta do cumprimento das orientações do MEN, há falta do controlo de qualidade de estado sobre a ofertas.</p> <p>1.1-CP-A fragilidade do sistema educativo guineense é uma das oportunidades pela FEC de criar, implementar e testar novos métodos é diferente do sistema educativo europeu que está mais fechada. Os guineenses consideram que a educação é um fator muito importante e valorizam é uma bem inestimável e grande potencialidade porque a partir daí pode-se fazer tudo crescer.</p> <p>2-CP- A forma que a FEC tem ultrapassado os problemas, é continuar a trabalhar com quem lidera e, nunca desistimos de trabalhar em prol do desenvolvimento da população da Guiné-Bissau é a nossa missão. Enquanto fomos bem-vindos estamos para o povo guineense, setor educativo e proteção social</p>	
--	--	---------------------------------------	---	--

			<p>que é importante estar sempre a reforçar.</p> <p>Segundo Carla Pinto, esses problemas não se ultrapassam porque a FEC não é um governo é apenas uma ONG e nenhuma organização tem peso que se intrometem nas políticas internas do país.</p>	
<p>Bloco E</p> <p>Histórico Educacional e profissional sobre os formandos/alunos da FEC.</p>	<p>-Conhecer a perspectiva dos formandos após os seus processos de ensino e aprendizagem com a FEC.</p>	<p>1-Importa de me explicar quais são as perspectivas da FEC em relação aos seus formandos?</p> <p>2- Em que áreas a FEC oferece a formação e quantos anos?</p> <p>3-Depois da conclusão do curso/formação, qual é o grau que atribuem os vossos formandos?</p> <p>4- Qual é a influência da FEC para empregar os formandos no mercado de trabalho?</p>	<p>1-NT- As perspectivas da FEC é continuar a trabalhar e investir nestes públicos-alvo que não são só os professores, mas também educadores, inspetores, técnicos de MEN de capacitar os guineenses de modo a serem mais independentes e autónomos para liderar e contribuir para o país e melhorar todos os setores seja de saúde seja de educação e tudo.</p> <p>2-NT- A FEC oferece a formação contínua aos técnicos do MEN em função.</p> <p>-Formação inicial dos técnicos/formadores com duração de (3) anos.</p> <p>-Capacitação dos professores.</p>	

			<p>-Formação em gestão e administração escolar com duração de (2 ou 3) anos, variam. A FEC tem feito o “maqueamento” nacional para a educação da infância que é o único “maqueamento” nacional ainda que existe no país (oferecem kits, materiais didáticos para as escolas primarias do país. A FEC produziu livros de vários conteúdos nomeadamente o último do Covid, cultura guineense, a música e história da Guiné-Bissau. A FEC trabalha sempre com as ONG guineenses em parceria no domínio do reforço e capacitação e acompanhar (rede ajuda, conservatória de Gabu, governo regional de Tombali, caritas de Bissau e Bafatá, Associação dos escritores da Guiné-Bissau, Renaj etc.).</p> <p>3-NT- A FEC não atribui grau académico porque não é o papel da FEC, mas sim do</p>	
--	--	--	--	--

			<p>MEN e só o MEN tem esse direito. De acordo com o Nuno Tavares, dois anos atrás (2020) temos um projeto “Parse” o MEN pediu que querem formar os seus professores efetivos, oferecemos formações por (3) anos imaginem a maioria daqueles professores eram do 6º ano, mas após a formação subiram de grau passam a lecionar até 9º ano da escolaridade, mas foi um pedido do MEN.</p> <p>4-CP/NT- É tudo com o MEN. Por outro lado, os professores são menos do que é necessário ou preciso, portanto o MEN coloca todos, porque há muitas ilhas ou regiões que não tem nenhum professor colocado pelo estado.</p>	
<p>Bloco F</p> <p>Caraterizar sócio demograficamente</p>	<p>Sexo:</p> <p>Idade:</p> <p>Formação:</p> <p>Profissão/Função:</p>	<p>1-Constatar durante a entrevista.</p> <p>2-Perguntar o entrevistado.</p> <p>3-Perguntar o entrevistado.</p> <p>4-Perguntar o entrevistado.</p>		

		<p>Gostaria de acrescentar alguma coisa? Algo que eu não tenha perguntado e que pense que é importante?</p> <p>AGRADECER NOVAMENTE</p>		
--	--	--	--	--

1-Entrevista com Garcia Bifa Bedeta, homem com 39 anos de idade, Ex-secretário de estado do ensino superior, técnico sénior de INDE- Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação, licenciado em ciências de educação, mestrado em sociologia especialização política educativa na Guiné-Bissau.

Guião de entrevista semiestruturada- Ministério da Educação Nacional (MEN)

Instituição: Instituto Politécnico de Santarém, Portugal (Escola Superior da Educação).

Curso: Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária (MESIC)

Tema: O papel da Fundação Fé e Cooperação FEC no desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau: um estudo de caso.

Entrevistado (a):

Objetivo geral: Pretende-se com esta pesquisa, a partir de estudo de um caso- a FEC, conhecer os principais problemas do ensino da educação na Guiné-Bissau: conhecer as formas de intervenção desenvolvidas na área educativa pela FEC, os principais constrangimentos e oportunidades tendo em vista promover uma educação de qualidade.

Data e Hora: 27/05/2022 (12h00)

Blocos	Objetivos específicos	Questões	Respostas	Observações
Bloco A				
Legitimação da entrevista.	Legitimar a entrevista.	--Informar o/a entrevistado/a sobre o trabalho que estou que estou desenvolvendo. --Solicitar a colaboração da mesma para a continuação do trabalho. --Agradecer e explicar que a sua entrevista será muito importante na construção da minha dissertação.		Tempo médio: 60min
Motivação da entrevista	Motivar a Entrevista.			

		<p>--Garantir a confidencialidade dos dados e o anonimato da entrevista.</p> <p>--Solicitar a autorização para gravação de áudio da entrevista.</p>		
Bloco B Histórico da FEC	-Identificar junto da ONG FEC- Guiné Bissau de que forma tem desenvolvido a sua ação no domínio da educação no país.	<p>1-Pode me abordar sobre a intervenção da FEC no domínio da educação no país?</p> <p>2-Qual é a relação existente entre a FEC e o Ministério da Educação Nacional?</p>	<p>1-A FEC é uma ONG que tem vindo a trabalhar em parceria com MEN, é capaz de melhorar a nossa qualidade da educação sobretudo no domínio da formação dos professores não só no capital, mas sim, nas regiões. Também tem apoiado o INDE na reformulação dos programas.</p> <p>2- A relação é da parceria através de um acordo institucionais no que concerne a intervenção e avaliação.</p>	
Bloco C Conhecer as condições motivacionais da FEC.	-Conhecer as condições de trabalho dos formadores da FEC e os principais fatores motivacionais no	<p>1-Qual é o procedimento da colocação dos formandos da FEC no aparelho de estado?</p> <p>2- Do seu conhecimento, quais são as condições motivacionais dos</p>	<p>1-A intenção da FEC é dar a formação inicial sendo uma ONG estrangeira. A formação da FEC é considerada pelo MEN como reforço de capacitação, apesar de a FEC pediu uma equivalência para</p>	

	desempenho das suas funções.	professores no que concerne o desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau?	Bacharelato/Licenciatura, mas está a ser difícil por causa da carga horaria, nesse caso os formandos são colocados como professores do ensino primário com o título de (curso intensivo). 2-A motivação é pouco notável, porque nem todos sentem motivados, esperamos com a implementação da carreira docente (ganhar subsídios e direitos), também ferramentas de trabalho que a maioria das escolas não têm. -A avaliação do desempenho também motiva muito o professor.	
Bloco D Saber dos obstáculos da FEC na Guiné-Bissau.	- Compreender os principais problemas do ensino da educação junto da ONG FEC.	1- Gostaria de lhe perguntar quais são os principais constrangimentos ou dificuldades para o desenvolvimento da educação? 2- Quais são as potencialidades pontos fortes e oportunidades no domínio da educação no país?	1-Há vários (política geral do país-política educativa). -Fator económico, o país não está a investir. -Fator sociocultural, que é convencer certas etnias para que permitirem as crianças frequentar as escolas, porque consideram a escola como desviador das pessoas.	

			<p>-Reformas do curriculum escolar.</p> <p>-Sucessivas mudanças dos técnicos da educação por causa da política.</p> <p>2-Atualmente a Guiné-Bissau formou vários quadros nas diferentes áreas, o país tem universidades públicas e privadas no capital como nas regiões, a celebrar protocolo de cooperação no setor educativo com diferentes países (Portugal, Brasil, Cabo-Verde, UEMOA).</p>	
<p>Bloco E</p> <p>Histórico Educacional e profissional sobre os formandos/alunos da FEC.</p>	<p>-Conhecer a perspectiva dos formandos após os seus processos de ensino e aprendizagem com a FEC.</p>	<p>1-Tenho a informação de que a FEC tem estado a formar quadros técnicos da educação: pode me esclarecer sobre este assunto?</p> <p>2- Pode me explicar qual é a política do MEN junto da FEC no processo de formação dos quadros do MEN?</p> <p>3--Qual é a influência do MEN em relação a</p>	<p>2-É continuar a partilhar com a FEC e identificar problemas que existe no setor educativo enquanto parceiro fundamental.</p> <p>3- Os formandos devem ser colocados de acordo com os seus perfis: professores do primeiro ciclo (1º à 4º ano),</p>	

		colocação dos formandos da FEC?	segundo ciclo (5° à 6° ano), terceiro ciclo (7° à 9° ano) que é muito raro.	
Bloco F Caraterizar sócio demograficamente	Sexo: Idade: Formação: Profissão/Função:	1-Constatar durante a entrevista. 2-Perguntar o entrevistado. 3-Perguntar o entrevistado. 4-Perguntar o entrevistado.		
		Gostaria de acrescentar alguma coisa? Algo que eu não tenha perguntado e que pense que é importante? AGRADECER NOVAMENTE	-O governo deve repensar a melhoria da educação no país de modo a superar os constrangimentos, problemas de (espaço para construir escolas), de acordo com a evolução populacional, algumas escolas sem condições, falta de espaços para praticar a educação física. -Reforma no currículo escolar, não há descentralização dos poderes para as regiões/setores, dificuldades na colocação dos professores, muitos	

			<p>não estão a trabalhar nas suas áreas da formação.</p> <p>-Por um lado, a maioria não tem formação pedagógica e científica sendo assim, é difícil ter ensino de qualidade no país.</p>	
--	--	--	--	--

Entrevista com Lino Vaz formador da FEC, licenciado em língua portuguesa.

Guião de entrevista semiestruturada- (formador da FEC)

Instituição: Instituto Politécnico de Santarém, Portugal (Escola Superior da Educação).

Curso: Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária (MESIC)

Tema: O papel da Fundação Fé e Cooperação FEC no desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau: um estudo de caso.

Entrevistado (a):

Objetivo geral: Pretende-se com esta pesquisa, a partir de estudo de um caso- a FEC, conhecer os principais problemas do ensino da educação na Guiné-Bissau: conhecer as formas de intervenção desenvolvidas na área educativa pela FEC, os principais constrangimentos e oportunidades tendo em vista promover uma educação de qualidade.

Data e Hora: 10/06/2022 (11h00)

Blocos	Objetivos específicos	Questões	Respostas	Observações
Bloco A				
Legitimação da entrevista.	Legitimar a entrevista.	--Informar o/a entrevistado/a sobre o trabalho que estou que estou desenvolvendo. --Solicitar a colaboração da mesma para a continuação do trabalho.		Tempo médio: 45m
Motivação da entrevista	Motivar a Entrevista.	--Agradecer e explicar que a sua entrevista será muito importante na construção da minha dissertação. --Garantir a confidencialidade dos		

		<p>dados e o anonimato da entrevista.</p> <p>--Solicitar a autorização para gravação de áudio da entrevista.</p>		
<p>Bloco B</p> <p>Histórico da FEC</p>	<p>-Identificar junto da ONG FEC-Guiné Bissau de que forma tem desenvolvido a sua ação no domínio da educação no país.</p>	<p>1- Gostaria que me falasse um pouco sobre a formação dada pela FEC. (De que forma trabalham, como organizam os cursos?)</p> <p>2-Qual é o currículo (Portugal/Guiné-Bissau), que utilizam para dar a formação na FEC?</p>	<p>1- A FEC (Fundação, Fé e Cooperação) é uma organização não governamental para o desenvolvimento (ONGD) fundada em 1990 pela Conferência Episcopal Portuguesa, a Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal (CIRP) e a Federação Nacional dos Institutos Religiosos (FNIS). A FEC tem diferentes projetos que opera em diferentes domínios da vida social (Educação, Saúde, Justiça, etc.) Na Educação, atua na formação e capacitação dos professores, diretores e de mais agentes que intervêm no processo ensino-aprendizagem um pouco por todo o país.</p>	

			<p>Trabalhamos de seguinte maneira: As sessões de formação são planificadas nos acompanhamentos (uma espécie de comissão de estudos) uma vez por semana pelos formadores da mesma área curricular (Língua Portuguesa e Matemática). Depois, de acordo com o calendário, as sessões de formação são implementadas pelos formadores de acordo com as planificações feitas ao longo dos acompanhamentos semanais.</p> <p>As sessões de formação (os cursos) são organizadas por áreas. Por exemplo, neste momento, no domínio da educação, está em curso a implementação do Projeto PRECASE (Programa de Reforço de Capacidade de Sistema Educativo da Guiné-Bissau) no qual estão a ser desenvolvidos dois cursos. Um na área curricular de língua portuguesa e a outro na de</p>	
--	--	--	---	--

			<p>Matemática. Os professores do Ensino Básico do primeiro ciclo e do segundo ciclo com formação inicial estão a ser capacitados nestas duas áreas curriculares a que acima referi. Os manuais de formação são produzidos pelos técnicos de uma das universidades portuguesas de acordo com os programas curriculares usados no Ensino Básico. Depois, os formadores de diferentes áreas, com a supervisão de um técnico formador responsável, planificam as sessões de formações que vão ser implementadas com o objetivo de capacitar e reciclar os professores que são os públicos-alvo.</p> <p>2- O currículo usado é da Guiné-Bissau. De salientar que a Guiné-Bissau não possui ainda um currículo nacional que regule todo o sistema educativo guineense. Por exemplo,</p>	
--	--	--	---	--

			<p>não existe um programa curricular oficial no sistema educativo guineense. O que há é um currículo na fase experimental há mais de duas décadas. Então, é com base nestes documentos que a FEC produz os manuais que depois vão ser usados pelos formadores nas sessões de formação.</p>	
<p>Bloco C Conhecer as condições motivacionais da FEC.</p>	<p>-Conhecer as condições de trabalho dos formadores da FEC e os principais fatores motivacionais no desempenho das suas funções.</p>	<p>1- Importa-se de me dizer qual é o tipo de vínculo de trabalho que tem com a FEC enquanto professor/formador? 2-Gostaria que me dissesse como se processa a entrada na FEC como professor? 3-Pode falar-me um pouco sobre as condições motivacionais dos professores? 4- E sobre as condições do trabalho?</p>	<p>1- O vínculo de trabalho de todos os formadores é de Prestação de serviço. Eu, como formador da FEC, o meu também é de Prestação de serviço. 2- Os formadores são recrutados com base num concurso público super rigoroso que segue diferentes etapas. Documental, prova escrita e que termina com uma entrevista. E só depois de tudo isso é que os formadores são selecionados e submetidos a formação antes de iniciarem com os trabalhos</p>	

			<p>de formação de professores.</p> <p>3- Há muita motivação nos formadores, porquanto a FEC oferece muitas condições não só de trabalho, mas também de incentivo (ajudas de custo de transporte, de dormida e de alimentação).</p> <p>4- São ótimas. Coloca-se à disposição dos formadores todos os materiais didáticos e pedagógicos necessários para a materialização da formação.</p>	
<p>Bloco D</p> <p>Saber dos obstáculos da FEC na Guiné-Bissau.</p>	<p>- Compreender os principais problemas do ensino da educação junto da ONG FEC.</p>	<p>1- A FEC oferece formação em que áreas científicas?</p> <p>2-Quais são os motivos de a FEC para oferecer formações nessas áreas?</p>	<p>1- Depende sempre da forma como o projeto está desenhado. Por exemplo, no projeto que está em vigor neste momento está-se a trabalhar em duas áreas científicas: Língua Portuguesa e Matemática.</p> <p>2- A FEC trabalha em perfeita sintonia com o Ministério de Educação Nacional. As necessidades de formação são apresentadas pelo MEN e a FEC só implementa.</p>	

<p>Bloco E</p> <p>Histórico Educacional e profissional sobre os formandos/alunos da FEC.</p>	<p>-Conhecer a perspectiva dos formandos após os seus processos de ensino e aprendizagem com a FEC.</p>	<p>1-Depois da formação com os formandos, como decorre a sua entrada no mercado de trabalho?</p> <p>2. Existem alguns procedimentos específicos para o mercado de trabalho?</p>	<p>1- A FEC não coloca os professores. É da responsabilidade do MEN que, depois da formação, fazer a colocação ou a reclassificação dos professores.</p> <p>2- Não. Na maior parte das vezes a FEC trabalha com os professores que têm vínculo com estado, ou seja, professores efetivos e novos ingressos.</p>	
<p>Bloco F</p> <p>Caraterizar sócio demograficamente</p>	<p>Sexo: Idade: Formação: Profissão/Função:</p>	<p>1-Constatar durante a entrevista.</p> <p>2-Perguntar o entrevistado.</p> <p>3-Perguntar o entrevistado.</p> <p>4-Perguntar o entrevistado.</p>		
		<p>Gostaria de acrescentar alguma coisa? Algo que eu não tenha perguntado</p>		

		e que pense que é importante?		
		AGRADECER NOVAMENTE		

Entrevista com Domingos A.A.Cá, homem com 38 anos de idade, formando da FEC. Inspetor do MEN na região de Biombo setor de Prabis, Bacharelado em língua portuguesa e curso de capacitação da FEC.

Guião de entrevista semiestruturada- (aluno/formando da FEC)

Instituição: Instituto Politécnico de Santarém, Portugal (Escola Superior da Educação).

Curso: Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária (MESIC)

Tema: O papel da Fundação Fé e Cooperação FEC no desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau: um estudo de caso.

Entrevistado (a):

Objetivo geral: Pretende-se com esta pesquisa, a partir de estudo de um caso- a FEC, conhecer os principais problemas do ensino da educação na Guiné-Bissau: conhecer as formas de intervenção desenvolvidas na área educativa pela FEC, os principais constrangimentos e oportunidades tendo em vista promover uma educação de qualidade.

Data e Hora: 16/06/2022 (09h30)

Blocos	Objetivos específicos	Questões	Respostas	Observações
Bloco A Legitimação da entrevista.	Legitimar a entrevista.	--Informar o/a entrevistado/a sobre o trabalho que estou desenvolvendo. --Solicitar a colaboração da mesma para a continuação do trabalho.		Tempo 45 minutos

<p>Motivação da entrevista</p>	<p>Motivar a Entrevista.</p>	<p>--Agradecer e explicar que a sua entrevista será muito importante na construção da minha dissertação.</p> <p>--Garantir a confidencialidade dos dados e o anonimato da entrevista.</p> <p>--Solicitar a autorização para gravação de áudio da entrevista.</p>		
<p>Bloco B</p> <p>Histórico da FEC</p>	<p>-Identificar junto da ONG FEC- Guiné Bissau de que forma tem desenvolvido a sua ação no domínio da educação no país.</p>	<p>1-Pode me falar do seu processo de aprendizagem na FEC? Como é estudar na FEC?</p> <p>2- Importa de me falar sobre os principais constrangimentos que tem sentido ao longo da sua formação na FEC?</p> <p>3. E em relação a oportunidades ou pontos fortes durante a formação com a FEC?</p>	<p>1-Estudar na FEC é um desafio e, aprendi muita coisa sobretudo as temáticas desenvolvidas ou abordadas durante a formação.</p> <p>2-O principal constrangimento não passa do tempo da formação (horas) que é muito longo das 8horas as 16horas (todos os sábados), atraso por receber dinheiro de transporte oferecido pela FEC, enfim suportando três (3) anos na mesma situação.</p> <p>3-Atraves da formação com a FEC melhorei, ou seja, aprendi a nova estratégia de</p>	

			lecionar, também oferta das ferramentas ou matérias de lecionar (livros, gramáticas, dicionários...) que ajudou bastante na colmatação das dificuldades.	
Bloco C Conhecer as condições motivacionais da FEC.	-Conhecer as condições de trabalho dos formadores da FEC e os principais fatores motivacionais no desempenho das suas funções.	1-Sabe dizer-me como é que o Ministério da Educação Nacional (MEN) faz a contratação dos professores depois da formação na FEC?	1-Pelo que eu sei, o MEN toma em conta o certificado atribuído pela FEC, carta de motivação, carta de pedido de emprego através do concurso documental.	
Bloco D Saber dos obstáculos da FEC na Guiné-Bissau.	-Compreender os principais problemas do ensino da educação junto da ONG FEC.	1- Gostaria que me falasse um pouco sobre quais são os principais desafios depois da vossa colocação no MEN?	1-O principal desafio se verifica depois da colocação dos professores que podem ser colocados no capital (Bissau), e nas regiões, onde ficam quase um ano sem salário, muitas vezes são ajudados pelas pessoas solidarias nas comunidades.	
Bloco E Histórico Educacional e profissional sobre os formandos/alunos da FEC.	-Conhecer a perspectiva dos formandos após os seus processos de ensino e aprendizagem com a FEC.	1-Quais são as disciplinas que lecionam depois da formação? 2 – Quais acha que são os principais desafios que enfrenta após a formação e a entrada	1-Eu leciono a língua portuguesa, mas normalmente lecionamos de acordo com a nossa área de formação. A FEC da formação em (Português, Biologia, Matemática etc.)	

		no mercado de trabalho?		
Bloco F Caraterizar sócio demograficamente	Sexo: Idade: Formação: Profissão/Função:	1-Constatar durante a entrevista. 2-Perguntar o entrevistado. 3-Perguntar o entrevistado. 4-Perguntar o entrevistado.		
		Gostaria de acrescentar alguma coisa? Algo que eu não tenha perguntado e que pense que é importante? AGRADECER NOVAMENTE		